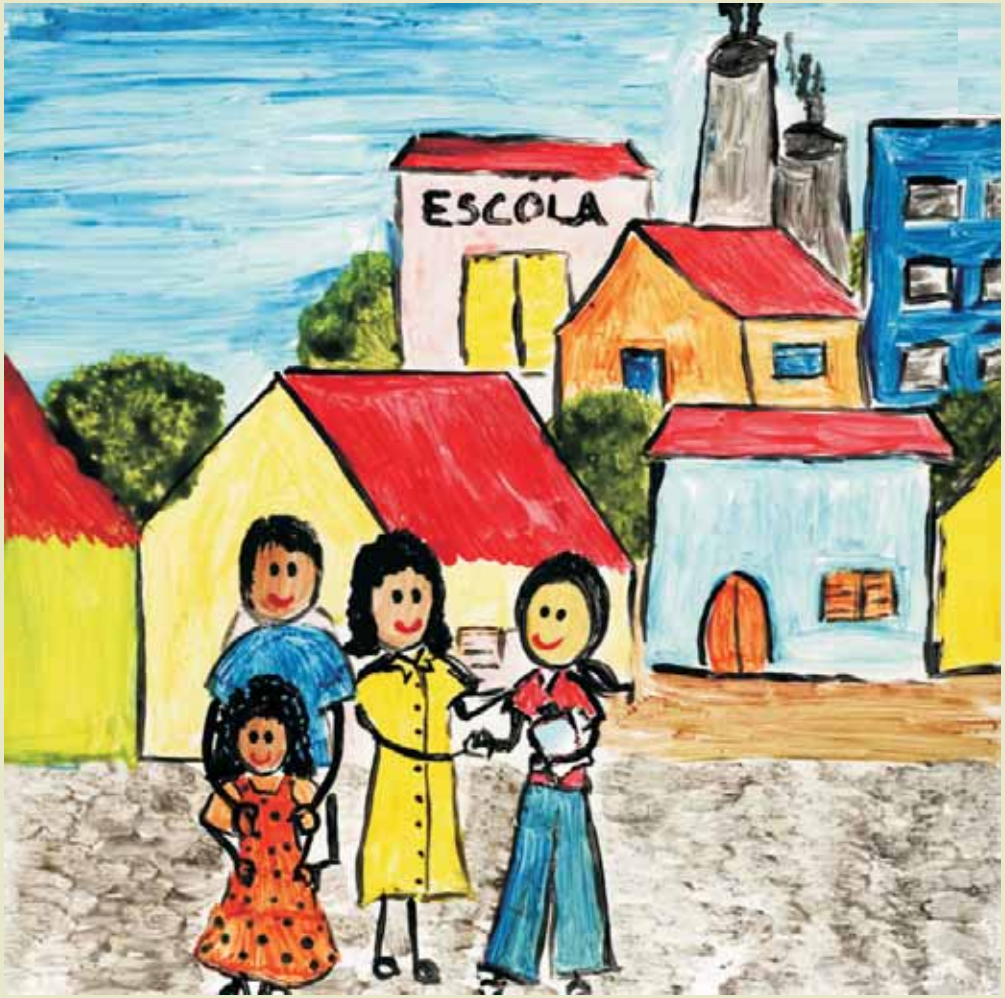


SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DA REDE ESCOLAR COM BASE NA EXPERIÊNCIA EM MINICENSO EDUCACIONAL

Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação
Fernando Haddad

Secretário Executivo
Jairo Jorge da Silva

Secretário de Educação Básica
Francisco das Chagas Fernandes

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO DA REDE ESCOLAR COM BASE NA EXPERIÊNCIA EM MINICENSO EDUCACIONAL

Brasília
2005

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Horácio Francisco dos Reis Filho
Diretor do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
Arlindo Cavalcanti de Queiroz
Coordenador-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
Elaboração
Clodoaldo José de Almeida Souza
Colaboração
Maria Dione Soares Félix, Clotemir Damasceno Rabelo e Eduardo Gomes Bezerra (Secretaria Municipal de Educação de Icapuí-CE); Zuleica M. Tavares de Brito Leitão e José Dantas da Silva (Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho-PE); Edna Garcia Pessoa e Daniel Carneiro Nascimento (Secretaria Municipal de Camaragibe-PE); Dr. Orlando Rochadel Moreira (Núcleo de Defesa dos Direitos à Educação e à Saúde, do Ministério Público de Aracaju-SE); Maria Selma Siqueira de Carvalho (Secretaria Estadual da Educação de Sergipe), Ivanete dos Santos (Secretaria Municipal de Educação de Aracaju-SE); Maurício Antunes Tavares, Iran de Fátima de Freitas e Eliane Bispo (Programa Educar-PE); Ana Neuma Teixeira de Lima e Erinalda do Nascimento Galvão (Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Norte)
Capa, Projeto Gráfico e Editoração: Cida Ramos **-** RN00793/JP
Ilustração: Leninha Costa
Apoio Técnico: Josemam Luiz da Silva
Tiragem: 15.000 exemplares
Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco L - 5º andar 514 - Brasília-DF - CEP. 70.047 900
Telefone:(61) 2104-9284/2104-8562 - FAX:(61) 2104-8337
Página do MEC: www.mec.gov.br - Endereço eletrônico: PME@mec.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Centro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC)

Souza, Clodoaldo José de Almeida

Subsídios para o planejamento da rede escolar com base na experiência em minicenso educacional / Clodoaldo José de Almeida Souza. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2005.

80 p. + anexos ; apêndices : il.

Contém relatos de experiências do mini-censo realizadas nos municípios de Icapuí-CE, Cabo de Santo Agostinho-PE, Aracaju-SE, Camaragibe-PE e Programa Educar no Estado de Pernambuco.

1. Censo escolar. 2. Planejamento escolar 3. Plano Municipal de Educação. 4. Dados estatísticos. I. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. II. Título.

CDU: 37.014.542

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 5

1 - MINICENSO EDUCACIONAL
1.1 - INTRODUÇÃO..... 9
1.2 - CONCEPÇÃO DE MINICENSO EDUCACIONAL..... 11
1.3 - OBJETIVOS..... 12
1.4 - PROCEDIMENTOS..... 13

2 - OPERACIONALIZAÇÃO
2.1 - AÇÃO INTERISTITUCIONAL..... 19
2.2 - INFORMAÇÕES A SEREM OBTIDAS..... 20
2.3 - ZONEAMENTO GEOGRÁFICO..... 20
2.4 - PÚBLICO-ALVO..... 21
2.5 - SUPERVISOR OU COORDENADOR..... 21
2.6 - RECENSEADOR..... 21
2.7 - DATA DE REFERÊNCIA DO MINICENSO..... 22
2.8 - INSTRUMENTOS DE COLETA..... 22

3 - CONSIDERAÇÕES..... 24
REFERÊNCIAS..... 25
GLOSSÁRIO..... 26
SIGLAS..... 28
ANEXOS
Anexo 1 - Planilha do Minicenso Educacional..... 30
Anexo 2 - Caderneta do Setor..... 31
Anexo 3 - Mapa do Setor Urbano - MSU..... 32

4. APÊNDICES
Apêndice A - Instrumento Técnico para levantar as experiências exitosas do Minicenso Educacional..... 34
Apêndice B - Relato de Experiência do Minicenso Educacional realizado no Município de Icapuí-CE..... 37
Apêndice C - Relato de Experiência do Minicenso Educacional realizado no Município de Cabo de Santo Agostinho-PE..... 47
Apêndice D - Relato de Experiência do Minicenso Educacional realizado no Município de Aracaju-SE..... 64
Apêndice E - Relato de Experiência do Minicenso Educacional realizado no Município de Camaragibe-PE..... 69
Apêndice F - Relato de Experiência do Minicenso Educacional realizado pelo Programa Educar no Estado de Pernambuco..... 75

APRESENTAÇÃO

Este documento traz no seu bojo uma conceituação do minicenso educacional, os procedimentos fundamentais e um roteiro com as instruções para o seu desenvolvimento. Tem como propósito orientar prioritariamente os dirigentes municipais da educação e os gestores que optarem por essa metodologia de diagnóstico da realidade educacional em seus municípios.

Partindo do princípio de que os objetivos do minicenso educacional estão direcionados para: identificar a situação de escolarização da população residente no município; construir subsídios para a formulação e avaliação de políticas públicas educacionais; compreender a dinâmica educacional praticada e a educação oferecida; os resultados do trabalho devem convergir para reforçar o papel da educação no desenvolvimento econômico e social da população. A concretização deste papel só será possível no futuro, se estiver condicionada a dois fatores: a melhoria do sistema de ensino municipal, proporcionando condições para que os estudantes aprendam, e a conclusão de suas etapas de estudo, apresentando uma aprendizagem compatível com a sua idade.

Nessa perspectiva, o minicenso educacional executado com precisão, levará os gestores ao conhecimento exato da participação dos que estudam e dos que não estudam em relação ao universo da população, quais as demandas educacionais detectadas e, finalmente, como melhor focalizar as intervenções públicas no sentido de ampliar as condições para implantar e implementar políticas de desenvolvimento econômico e social local e o sucesso educacional da população.

Ademais, tem como finalidade servir de instrumento hábil que canalize soluções viáveis, com grau de grandeza superior àquelas ações implantadas, envolvendo, primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional. Pretende também dinamizar a credibilidade do setor educacional frente aos anseios da sociedade e servir de apoio às ações voltadas na direção de dignificar o trabalho do educador e o papel da educação no município,além de formar cidadãos aptos a construir um País menos desigual, mais auto-sustentável e competitivo.

Considera-se o minicenso educacional, uma das melhores maneiras de gerar as informações necessárias para que se conheça a real situação da população e se decida corretamente como atender às demandas e estabelecer as metas, com relação ao ensino e a educação, explicitadas no Plano Municipal de Educação.

Finalmente, além das orientações, instrumentos de coleta de dados, este documento apresenta Apêndices que relatam as experiências exitosas desenvolvidas em vários municípios e um instrumento técnico para levantar as experiências de minicenso.

Francisco das Chagas Fernandes
Secretário da Educação Básica

1

MINICENSO EDUCACIONAL

1 - MINICENSO EDUCACIONAL

1.1 - INTRODUÇÃO

Conforme preceitua a Constituição Federal do Brasil o direito á educação é de todos e inclui não só o direito ao acesso, mas, também, o direito a permanência, ao sucesso e a participação na gestão democrática do ensino público. Com o surgimento da sociedade civil como um importante novo ator nas sociedades atuais, o direito á educação requer uma firme pactuação entre esta e o governo com vistas não só a oferta com qualidade social da educação mas também, a regulação do serviço educacional, tanto da iniciativa pública como da privada, de sorte a assegurar o direito do estudante à aprendizagem.

O Plano Nacional de Educação consubstancia os princípios constitucionais da gestão democrática e da qualidade da educação com eqüidade social, colocando-os como os dois grandes desafios postos pela sociedade brasileira para a atual década.

Por outro lado, o ordenamento jurídico brasileiro com quatro entes federativos autônomos e constituídos sistemas de ensino, conforme dispõe a Constituição Federal, entes, inclusive, com igual dignidade ente si, requer, no âmbito governamental, a construção de planos decenais inclusivos e democráticos, em regime de colaboração, cooperação e co-responsabilidade.

Nesse cenário, o Ministério da Educação, adotando uma visão sistêmica e processual da educação, definiu as seguintes prioridades:

- A Reforma Universitária;
- A alfabetização de jovens e adultos com inclusão social;
- A expansão qualificada do ensino profissionalizante;
- A qualidade social da Educação Básica com a criação do Fundeb;

A universalização da **educação básica com qualidade social** constitui, portanto, um grande desafio do planejamento educacional no Brasil, e para enfrentar esta realidade um dos objetivos dos sistemas de ensino é elevar o nível de escolarização da população brasileira, o que significa garantir o direito que todo cidadão tem à educação. Esse direito aqui compreendido numa perspectiva mais ampla, o que significa envolver não apenas as crianças e adolescentes, mas também os jovens e adultos que não tiveram acesso à educação escolar na idade apropriada.

Neste sentido, o Ministério da Educação declarou 2005 como o ano de mobilização social em favor da qualidade da educação básica. Neste contexto, o foi lançado o Plano de Qualidade da Educação Básica com três grandes componentes, a saber:

- Sistema Nacional de Formação de Professores;
- Sistema de Apoio à Gestão de Educação Básica;
- Programa de Apoio ao Ensino Médio.

Objetivando oferecer subsídios aos sistemas de ensino para avançar na oferta da educação com qualidade social, além do documento norteador para elaboração dos Planos Municipais de Educação, a Secretaria de Educação Básica - SEB produziu este documento referente ao minicenso educacional, como uma das metodologias de conhecimento da realidade educacional.

Entre as ações no campo do fortalecimento institucional dos sistemas de ensino e apoio a gestão da educação básica, a SEB vem realizando uma série de programas, destacando-se entre eles:

- Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - Pró-Conselho;
- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares;
- Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação do Semi-Árido;
- Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação - Pradime;
- Programa Nacional Escolas de Gestores da Educação Básica;
- Programa de Apoio a Elaboração, Implantação, Acompanhamento e Avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação.

A participação dos municípios na matrícula da educação infantil e ensino fundamental no Brasil vêm crescendo a cada ano, e a área de planejamento precisa ser priorizada na direção de permitir uma expansão arquitetônica com qualidade da rede escolar pública, apoiada na necessidade de conhecimentos sobre a situação educacional, em cada município, pelos resultados do minicenso.

Nesse contexto, o acesso à informação sobre o perfil educacional da população e a personalização de tais informações, as condições do atendimento escolar feito pelos órgãos municipais de educação e por outras esferas que atuam nos municípios, os índices de analfabetismo, os pontos críticos do atendimento dentro dos municípios, a sua relação com as condições de vida da população quer seja urbana ou rural, os dados de evasão, bem como os motivos que levam as pessoas a deixarem a escola, entre outros, são aspectos fundamentais para que se possam definir políticas educacionais e sociais consistentes que estejam diretamente articuladas às necessidades dos cidadãos e que não sejam fruto apenas de prioridades definidas em função de interesses imediatos.

Portanto, tentando responder a essa prioridade, a Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino (Cafise), do Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos

Sistemas de Ensino (Dase), órgãos que compõem a estrutura da SEB, privilegiaram, a elaboração do documento denominado Minicenso Educacional. Entende assim, a SEB, que esse documento servirá de suporte técnico aos gestores e diretores municipais, contribuindo, significativamente, para a definição das políticas educacionais com inclusão na perspectiva da construção de uma nova escola, baseada nos princípios da autonomia e da gestão democrática.

1.2 - CONCEPÇÃO DE MINICENSO EDUCACIONAL

Censo Demográfico é o conjunto de dados estatísticos sobre a população de um país. No Brasil, os censos demográficos são realizados de 10 em 10 anos e o IBGE é, por lei, o órgão responsável pela sua realização. As informações que compõem os questionários dos censos variam a cada 10 anos. Isto porque as informações que refletem a realidade de um decênio podem não refletir a realidade dos dez anos seguintes, certos dados podem perder importância etc.

No caso do minicenso é um levantamento censitário por meio do qual se identifica de forma personalizada a real situação da população do município com relação ao seu direito à escolarização identificando as demandas, e se planeja o atendimento em relação às necessidades futuras da sociedade.

O Minicenso Educacional é uma ferramenta de diagnóstico extremamente eficaz para o planejamento municipal das ações educacionais. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Censo Educacional é atribuição dos municípios brasileiros, a quem cabe o dever "recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso" (Lei nº 9.394/96, art.5º § 1º inciso I).

De acordo com João Monlevade "O Plano Municipal de Educação deve ser uma das alavancas do processo e do projeto de Desenvolvimento de todos os cidadãos do Município. (...) Ao se fazer o minicenso estaremos mobilizando e motivando todas as famílias para as futuras ações do Plano Municipal de Educação. Estaremos descobrindo e potencializando recursos e anseios, tecendo cumplicidades, semeando idéias, levantando interesses, superando barreiras e divisões e despertando a participação política não somente no diagnóstico como na discussão das diretrizes e na escolha das metas e prioridades" (Plano Municipal de Educação - Fazer para Acontecer, Idea Editora, p. 55 e 58).

Para as comunidades, o minicenso educacional pode ser o início de um processo de mobilização e organização das famílias, reconhecendo suas potencialidades e necessidades para pensar coletivamente no desenvolvimento local.

Para os dirigentes municipais, o minicenso educacional é uma poderosa ferramenta de planejamento,

pois permite saber com precisão quais são as demandas da população em relação à educação básica e localizar geograficamente onde se concentram essas demandas. O minicenso educacional, então, torna possível aos gestores públicos planejar onde, quando e como devem investir para atender à população em suas demandas de educação, principalmente, mas também dá informações importantes para a gestão de programas sociais, contribuindo para melhorar a focalização destes nas populações realmente mais necessitadas.

É nessa perspectiva que o minicenso educacional se constitui numa ação prioritária contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das comunidades, reconhecendo ser uma ação de grande envergadura que pressupõe o envolvimento e a participação de todos os que fazem a educação no município, conscientes de que as melhores soluções são sempre construídas com a participação efetiva da comunidade.

1.3 - OBJETIVOS

- Identificar e personalizar aspectos fundamentais relacionados à situação de escolarização da população do município quanto ao (atendimento escolar, a demanda reprimida e a demanda futura etc);
- Construir subsídios para a atuação planejada das Secretarias Municipais de Educação, no que se refere à formulação e avaliação de políticas públicas educacionais para atendimento, com qualidade, dos serviços públicos de educação;
- Proceder à construção do perfil educacional da população residente no município, possibilitando à Secretaria Municipal de Educação dispor de projeções mais precisas sobre este perfil;
- Subsidiar a Prefeitura com relação à demanda potencial da população que tem direito à educação, gerando informações para a elaboração do Plano Municipal de Educação e para outros fins;
- Gerar informações estratégicas para as diversas áreas de atendimento social do município;
- Mapear a demanda e a oferta dos serviços educacionais e de outros serviços no município;
- Identificar as crianças e jovens nominalmente que estão fora da escola, seu endereço e situação social;
- Identificar e caracterizar a demanda de escola para crianças e jovens, jovens e adultos, e de pessoas com necessidades especiais;
- Identificar pessoas sem registros de nascimento.

1.4 - PROCEDIMENTOS

Para a realização de um minicenso educacional algumas providências precisam ser tomadas pelos gestores municipais para que a ação seja desenvolvida a contento e possa alcançar os objetivos de forma efetiva. Entre elas destacam-se:

- Assistência técnica para o planejamento;
- Assistência técnica para a operacionalização;
- Treinamento das equipes de recenseadores;
- Materiais e insumos para a realização da pesquisa;
- Supervisão e acompanhamento dos recenseadores no decorrer da pesquisa de campo;
- Suporte técnico para a computação;
- Pessoal capacitado para análise dos dados.

Para tanto, é recomendável que sejam observadas as seguintes medidas e/ou procedimentos explicitados abaixo:

1.4.1 Decisão Política

O querer fazer é o primeiro ato para a realização do minicenso educacional enquanto uma ação conjunta com os demais órgãos envolvidos, pois constitui a decisão política do gestor municipal aprovando e apoiando essa ação. Essa decisão é imperativa e imprescindível para a realização da ação e representa, para toda a comunidade do município, o compromisso da gestão pública com a melhoria da qualidade da educação e com a promoção dos direitos à educação com inclusão para todas as crianças, jovens e adultos, como preceitua a Constituição Federal de 1988.

1.4.2 Mobilização dos Recursos

A realização do minicenso educacional envolve a mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais. Para desenvolver toda a ação programada, às vezes, é necessária a captação de recursos em órgãos e/ou entidades financeiras, além da colaboração da gestão municipal no sentido de:

- Mobilizar uma equipe para a realização da coleta de dados, que pode ser feita através do apoio e compromisso de pessoas do quadro profissional da própria Prefeitura como professores, monitores de programas sociais, agentes comunitários, técnicos de diversas áreas ou de pessoas das comunidades, tais como: estudantes do ensino médio, estudantes universitários, educadores sociais de Organização Não-Governamentais - ONGS e outros voluntários;

- Dispor de transporte para o deslocamento dos recenseadores, principalmente para o recenseamento dos moradores das zonas rurais;
- Divulgar o trabalho a ser realizado, que constitui um passo importante, pois o minicenso educacional é uma ação coordenada e sistematizada que chega à porta da casa de cada morador residente no município. Assim, é importante o investimento na comunicação, por intermédio dos mais diversos meios existentes no município, tais como: a elaboração de cartazes e outdoors; a confecção de faixas; a utilização de rádios locais, o serviço de auto-falante fixo, o serviço de carro de som; a distribuição de notas ou comunicados nas feiras livres, nas escolas, estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, e instituições existentes no município; etc., o que contribui para difundir a pesquisa e criar um clima de receptividade para o recenseador.

1.4.3 Planejamento

O planejamento do minicenso educacional é uma tarefa que deve envolver a participação de diversos atores nas suas diversas etapas. Em primeiro lugar, é preciso estabelecer um planejamento geral com a Coordenação Executiva do Minicenso, geralmente uma pessoa do quadro de dirigentes da Secretaria Municipal de Educação. Esse planejamento deve definir:

- O perfil, a constituição e o tamanho da equipe que vai atuar na pesquisa de acordo com a realidade do município;
- O tempo disponível da equipe;
- O tipo e a quantidade de veículos necessários para realizar a pesquisa, sobretudo nos dias programados para o trabalho na zona rural;
- A data ou o período programado para a capacitação da equipe que vai atuar na pesquisa;
- A data de início e término previstos para a coleta de dados;
- A definição dos critérios para a seleção dos recenseadores;
- A divulgação e a mobilização dos recenseadores;
- A seleção dos recenceadores e sua relação com a equipe de coordenação;
- O fluxo de pesquisa nos diversos setores ou bairros e zona rural que serão pesquisados (conforme orientação e definição contidas nos mapas do IBGE);
- O cronograma de visita em cada setor censitário;
- O fluxo de transporte;
- Os dias e os horários de coleta;
- O material de identificação pessoal e visual dos recenseadores (camiseta, bolsa, crachá, boné);
- Todo material preparado para a divulgação do minicenso.

1.4.3.1 Divulgação, Mobilização e Seleção dos Recenseadores

O processo de divulgação, mobilização e seleção dos recenseadores para a realização do minicenso educacional têm procedimentos os mais diversos a depender da realidade de cada município.

A seleção de pessoas para a realização tem sido feita por meio de:

1.4.3.2 Divulgação

- Afixar cartazes nas escolas;
- Afixar cartazes nos órgãos públicos e instituições locais;
- Realizar anúncios nas rádios locais e por meio de serviços de carro de som;
- Colocar faixas e outdoors em pontos estratégicos da cidade;
- Distribuir notas e comunicados em locais estratégicos da cidade.

1.4.3.3 Critérios de Seleção

Os anúncios para a seleção dos recenseadores são acompanhados de critérios, tais como:

No caso de estudantes:

- Residir no bairro, de preferência perto da escola onde estuda;
- Ter experiência em trabalho voluntário;
- Estar cursando o Ensino Médio ou Universidade;
- Ter idade superior a 16 anos.

No caso de pessoas da comunidade:

- Agentes dos serviços de saúde;
- Agentes dos serviços de meio ambiente;
- Agentes egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti;
- Pessoas com idade superior a 16 anos;
- Professores e outros profissionais disponíveis nas escolas e município;
- Líderes das associações comunitárias;
- Membros do Conselho Tutelar.

1.4.3.4 Treinamento dos Recenseadores

O treinamento é organizado pela coordenação executiva responsável pelo minicenso educacional e ocorre em geral em uma escola do município que tenha infra-estrutura necessária para a realização do evento.

O treinamento é ministrado pela coordenação ou por um profissional convidado ou contratado. Em

alguns municípios o treinamento foi assumido por técnicos do IBGE.

O conteúdo é composto por uma parte teórica e outra prática. Na parte teórica é ressaltada a importância do trabalho para a educação e para o município, conceituação sobre a educação básica, conceitos básicos e definições sobre o censo, estudo dos instrumentos de pesquisa, estudo dos materiais para apoiar o trabalho (cobertura do setor, mapas com a localização dos bairros e das ruas, ficha de coletas, etc) e cronograma de trabalho.

A parte prática do treinamento é caracterizada pela visita aos bairros, para reconhecimento das ruas e pelo teste dos instrumentos, com um processo de simulação de aproximadamente 20 instrumentos por recenseador.

A carga horária do treinamento nos municípios é definida levando em consideração o tamanho da área geográfica, a quantidade de habitantes residentes na área urbana e rural, o número de recenseadores necessários para o trabalho. O número de horas ministradas variam entre 4 e 40.

A fase de planejamento termina com a capacitação da equipe de recenseadores durante a qual receberão instruções sobre os procedimentos a serem adotados por ocasião da entrevista e da entrega de planilhas aos supervisores ou coordenadores e material de apoio (caderno do recenseador com todas as informações sobre a aplicação do minicenso educacional, e outros materiais tais como: prancheta, caneta, questionários, crachás, etc,).

1.4.4 Coleta de Dados

A etapa de coleta de dados envolve o esforço da coordenação executiva, dos recenseadores além dos supervisores de campo. É preciso muito cuidado para que todos os domicílios da zona urbana e rural sejam alcançados e para que todas as planilhas cheguem à mão da coordenação e supervisores no mesmo dia em que as informações forem coletadas.

1.4.5 Processamento dos Dados

O processamento dos dados é feito com o apoio de uma equipe específica e poderá ser simultâneo à coleta de dados. Assim, será garantida a conclusão do minicenso educacional em um curto período de tempo, possibilitando ao município utilizar os dados não só para a elaboração do Plano Diretor do Município, do Plano Plurianual, Plano Municipal de Educação, mas também para outros fins.

2

OPERACIONALIZAÇÃO

2 - OPERACIONALIZAÇÃO

2.1 - AÇÃO INTERISTITUCIONAL

Segundo o que estabelece a LDB - Lei nº 9.394/96 art 5º §1º inciso I, é atribuição do município "recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso". Essa é a melhor maneira de gerar as informações necessárias para que se conheça a real situação da população e se decida corretamente como atender às demandas e estabelecer bem as metas com relação à educação escolar.

Espera-se que o minicenso educacional contribua, nos municípios que o realizarem, para gerar disposições, competências e vontade política para elevar a educação a patamares de qualidade que possibilitem às crianças e jovens não só o acesso, mas também a progressão com conhecimento e a permanência na escola, condição essencial para o exercício da cidadania e para a elevação da qualidade de vida.

Sua implementação requer uma discussão dos seus objetivos junto com representantes de diversas instituições, órgãos e representações da sociedade, na perspectiva de construir um entendimento comum sobre a importância dessa atividade para o planejamento das políticas públicas e como um instrumento de conhecimento da realidade a ser apropriado pelos grupos sociais. Para sua realização, é importante contar com a participação efetiva dos seguintes órgãos e entidades:

- Secretaria Municipal de Educação;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria de Transporte, de Segurança, Polícia Civil, entre outras;
- Associação comunitária;
- Associação de bairros;
- Outras associações;
- Conselho do Fundef;
- Conselho Municipal da Educação;
- Conselho da Merenda Escolar;
- Conselho do Direito da Criança e do Adolescente, entre outros;
- Sindicatos (de professores, de trabalhadores em educação e dos trabalhadores rurais);
- Outros órgãos, de acordo com a realidade municipal.

2.2 - INFORMAÇÕES A SEREM OBTIDAS

As informações coletadas vão retratar não só a realidade educacional da população (grau de escolaridade, demanda, sexo, idade, cor, raça, etc.) como também apurar informações socioeconômicas e de saúde no município.

2.2.1 Realidade Educacional

- Grau de escolaridade da população, por etapa e modalidade de ensino, sexo, idade, cor, raça.
- Adequação idade / série.
- Identificação e caracterização da demanda educacional por área geográfica, por etapa, por modalidade de ensino e por idade.
- Demanda educacional das pessoas com necessidades especiais.
- Quantidade de pessoas que freqüentam e que não freqüentam a escola, por idade, por etapa, por modalidade de ensino e por sexo, cor, raça.
- Demanda educacional dos jovens e adultos que querem voltar a estudar.

2.2.2 Informações Socioeconômicas e de Saúde

- Número de pessoas ausentes temporariamente do município e o motivo da ausência.
- Composição e estrutura familiar.
- Fontes de trabalho e renda para jovens e adultos, por faixa etária, sexo, cor, raça.
- Identificação das pessoas com necessidades especiais: visual, auditiva, motora e mental.
- Identificação das principais fontes de água para o consumo domiciliar.
- Identificação dos beneficiários da Previdência e Assistência Social.
- Renda familiar.
- Outras informações de acordo com os interesses do município.

2.3 - ZONEAMENTO GEOGRÁFICO

O minicenso será realizado na zona urbana do município, distritos e zona rural conforme as prioridades estabelecidas pelos gestores da Secretaria Municipal de Educação.

2.4 - PÚBLICO-ALVO

Todas as pessoas residentes nas áreas geográficas do território municipal, mesmo aquelas que estejam temporariamente ausentes, no período definido para a realização do minicenso educacional.

2.5 - SUPERVISOR OU COORDENADOR

2.5.1 Atividades:

- Promover a orientação e o suporte técnico durante a coleta;
- Recrutar e selecionar os recenseadores;
- Fornecer apoio logístico aos recenseadores;
- Orientar a equipe de recenseadores quanto aos procedimentos a serem adotados, caso surjam dúvidas durante o trabalho;
- Recolher os questionários e efetuar a consistência dos dados coletados;
- Organizar os roteiros de deslocamento dos recenseadores;
- Providenciar a substituição do recenseador, se por motivo de força maior houver alguma desistência.

2.6 - RECENSEADOR

2.6.1 Função do Recenseador:

- Coletar informações sobre as pessoas moradoras nos domicílios;
- Comunicar ao supervisor(a) ou coordenador(a), ao qual estiver subordinada, a ocorrência observada durante a coleta dos dados;
- Cumprir os prazos de coleta definidos pela supervisão ou coordenação;
- Anotar no campo de identificação apropriado todos os domicílios visitados, inclusive os que estiverem fechados ou vagos, buscando sempre informações corretas sobre os motivos do domicílio estar fechado, procurando saber quais os melhores dias e horários para encontrar os referidos moradores;
- Entregar diariamente ao supervisor ou coordenador, em local previamente definido, todas as planilhas ou questionários utilizados no dia, inclusive das entrevistas não realizadas;
- Percorrer previamente todo setor censitário que lhe couber com vistas à correta identificação de sua área de trabalho (ponto inicial ou ponto de partida do percurso, quarteirões, limites), fazendo levantamento prévio de eventuais dúvidas, para solução imediata junto ao supervisor ou coordenador;
- Realizar a entrevista, seguindo as instruções constantes no Manual de Instruções do Recenseador;

- Visitar a totalidade das residências do setor e realizar a entrevista, retratando fielmente as informações prestadas pelo morador;
- Somar diariamente a quantidade de pessoas recenseadas, com base nos questionários;
- Portar sempre que for fazer o trabalho de campo, os seguintes materiais: manual de instruções, mapa do setor censitário, prancheta e o crachá de identificação;
- Preencher os questionários de modo legível, em letra de fôrma, com caneta esferográfica.

2.6.2 Postura do Recenseador:

- Respeitar os limites da sua área geográfica de trabalho;
- Ser objetivo e claro, procurando adequar as palavras ao universo do seu entrevistado;
- Ser gentil, pois seu trabalho depende demais da boa vontade das pessoas que você vai entrevistar;
- Respeitar os limites da sua área geográfica de trabalho;
- Manter sigilo sobre as informações coletadas;
- Criar um clima de cordialidade, despertando confiança e interesse dos entrevistados;
- Evitar assuntos e comentários que gerem constrangimento aos informantes;
- Ao término da entrevista, agradecer em nome do município.

2.7 - DATA DE REFERÊNCIA DO MINICENSO

A data de referência do minicenso educacional é estabelecida pela Coordenação Executiva do trabalho, que também definirá os critérios para a contagem.

2.8 - INSTRUMENTOS DE COLETA

- **Planilha do Minicenso Educacional:** é um formulário de coleta para obtenção de informações de cada pessoa em cada um dos domicílios (anexo 1).
- **Caderno do recenseador:** documento contendo orientações detalhadas sobre trabalho de campo.
- **Folha de códigos:** relação dos códigos das respostas de cada campo da Planilha (a relação dos códigos é definida por cada gestão municipal).
- **Capa do Setor Censitário:** É a unidade de controle cadastral formada por área contínua urbana, cuja dimensão e número de domicílios ou de unidades não-residencial permitem ao recenseador cumprir suas atividades em um prazo determinado e contêm as seguintes informações:

- Número do setor censitário e caderneta (anexo 2);
- Data do início e data do término da coleta do setor;
- Nome e assinatura do recenseador responsável pelo setor;
- Assinatura do supervisor.

- **Manual de Instruções**: documento contendo conceitos, definições, instruções de preenchimentos das planilhas.
- **Setor censitário:** é a unidade territorial estabelecida pelo IBGE para fins de controle cadastral de coleta de dados nos censos demográficos ou econômicos. É constituído por área territorial contínua e em seu estabelecimento consideram-se as divisas das estruturas territoriais para as quais são divulgadas as informações e as necessidades operacionais de coleta.
- **Mapa do Setor Censitário:** identificação da área de atuação do recenseador (setor censitário). Nele constam as delimitações da área, ruas, avenidas, quadras etc. necessárias para a cobertura total do setor (anexo 3).
- **Questionário da Contagem da População:** é o documento a ser utilizado para o recenseamento de todas as pessoas moradoras em unidades domiciliares ocupadas.
- **Mapa de Coleta de Domicílios não Recenseados:** é o documento a ser utilizado pelo recenseador, que será preenchido quando não for possível fazer a coleta dos dados no domicílio. Seu preenchimento é de suma importância para o controle dos domicílios que não puderam ser recenseados.

3 - CONSIDERAÇÕES

O êxito do minicenso educacional está relacionado com a definição dos procedimentos metodológicos adotados para a sua concepção. Quando a escolha recai em princípios democráticos e participativos, com o efetivo envolvimento de vários atores sociais e em estreita participação com a gestão político-administrativa, tem-se observado que os resultados diagnosticados são assumidos, consolidados e sistematizados de forma transparente, estejam compatíveis ou contraditórios com os disponíveis no município.

A construção de um Banco de Dados e de um sistema de geração de relatórios de fácil utilização pelos gestores e dirigentes municipais, considerando o modelo de transparência adotado, deve constituir-se em uma ferramenta de suporte no processo conclusivo do minicenso educacional, pois fornece condições para que os gestores públicos, pesquisadores e outros atores locais tenham acesso a uma base de dados para subsidiar o planejamento e a gestão da educação no município e também de outras áreas sociais como saúde, assistência social, dentre outras.

Ademais, os resultados globais do minicenso educacional consolidado nesse banco, servirão como referência para avaliar e acompanhar a execução das ações planejadas, demonstrando os possíveis avanços ou retrocesso, estando disponível para os diversos setores do governo municipal e atores sociais que lutam pela melhoria e aplicação das políticas públicas.

Finalmente, é importante ressaltar que o minicenso educacional produz dados que podem ter múltiplas utilizações, podendo beneficiar não apenas os gestores da educação, mas também todo governo municipal. No entanto, os principais beneficiários são efetivamente os cidadãos residentes no território municipal que podem ter no minicenso educacional um verdadeiro instrumento de conhecimento útil para subsidiar as lutas sociais que visam melhorar a qualidade da educação e da vida da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

MONLEVADE, João Antônio. Fazer para acontecer. Brasília: Idea, 2002.205 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA - IBGE.

PROGRAMA DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS ESCOLAS - PAIE. Censo Educacional - Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação e Saúde - Estado de Sergipe, 2003

GLOSSÁRIO

Ao divulgar as informações de população, agregadas por município e situação de domicílio (urbana ou rural), o IBGE adota a definição municipal legal de área urbana e área rural, definição essa influenciada pela questão da competência na arrecadação dos impostos territoriais. Na definição da base operacional dos censos demográficos ou econômicos, no entanto, o Instituto estabelece uma identificação de cada setor censitário, com base nas características da ocupação da área.

Entre os conceitos estabelecidos, interessa destacar os relacionados a seguir:

- **Área urbana:** área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal.
- **Área urbanizada**: área legalmente definida como urbana, caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana.
- **Área urbana isolada**: área urbana, definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
- **Aglomerado rural de extensão urbana**: assentamento situado fora do perímetro urbano legal, numa distância menor que um quilômetro, desenvolvido a partir da expansão de uma cidade ou vila, ou por ela englobado em sua expansão. Por constituírem simples extensão da área efetivamente urbanizada, atribui-se, por definição, caráter urbano aos aglomerados rurais desse tipo.
- **Área rural**: área externa ao perímetro urbano, definida por lei municipal.
- **Área não urbanizada**: área legalmente definida como urbana, caracterizada por ocupação predominantemente de caráter rural.
- **Aglomerado rural**: agrupamento de população considerada a partir de um conjunto de edificações adjacentes e com características de permanência, situado em área legalmente definida como rural. A identificação do aglomerado rural obedece aos critérios de tamanho (número de domicílios igual ou superior a 51) e de densidade (a distância entre os prédios de qualquer tipo, não apenas os domiciliares, não deve ultrapassar os 50 metros).
- **Aglomerado rural isolado**: aglomerado rural separado do perímetro urbano de uma cidade ou vila, ou de um aglomerado tipo extensão urbana, por uma distância igual ou superior a um quilômetro.
- **Povoado**: aglomerado rural isolado, sem caráter privado ou empresarial (ou seja, não vinculado a um proprietário particular, como uma empresa agrícola, indústria, usina, fazenda), cujos moradores exercem

quaisquer atividades econômicas (não necessariamente primárias), no próprio aglomerado ou fora dele. O povoado é caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas. São identificados como povoados os aglomerados rurais que possuem pelo menos um estabelecimento comercial de venda de produtos de consumo freqüente e pelo menos dois dos seguintes serviços: escola de ensino fundamental (quatro primeiras séries) com funcionamento regular, posto de saúde em funcionamento, templo religioso de qualquer credo.

- **Núcleo**: aglomerado rural isolado de caráter privado ou empresarial (ou seja, vinculado a um proprietário particular, como uma empresa agrícola, indústria, usina, fazenda), dispondo ou não dos serviços definidores dos povoados.

- **Outros aglomerados rurais**: aglomerados rurais isolados, sem caráter privado ou empresarial (ou seja, não vinculado a um proprietário particular), cujos moradores exercem quaisquer atividades econômicas (não necessariamente primárias), no próprio aglomerado ou fora dele, mas que não possuem os serviços que identificam o povoado.

A existência dessa classificação permite maior acuidade na definição das áreas que devem ser consideradas para dimensionamento da população a ser atendida, e identificadas, para fins de localização do atendimento. Como resultado, a zona rural de cada município deverá estar constituída pelos setores censitários correspondentes às áreas não urbanizadas, aos povoados, aos núcleos, a outros aglomerados rurais e à zona rural, exclusive aglomerado rural.

Adotado esse critério, a zona urbana, por sua vez, estará composta pelas áreas urbanizadas, pelas áreas urbanas isoladas e pelos aglomerados rurais de extensão urbana que, de acordo com o IBGE, consideram-se, "por definição", como área urbana.

SIGLAS

Cafise	Coordenação-Geral de Articulação e Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino
Dase	Departamento de Articulação e Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Ficai	Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONG	Organização Não-Governamental
Paie	Programa de Atendimento Integral as Escolas
Peti	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PME	Plano Municipal de Educação
PPA	Plano Plurianual
Saeb	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
Seduc_cg	Secretaria Municipal de Educação de Camaragibe- PE
Seduc	Secretaria de Estado da Educação
SEE	Secretaria Executiva da Educação
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância

ANEXOS

ANEXO 1
Planilha do Minicenso Educacional

MINI-CENSO EDUCACIONAL	Formulário ___
RECENSEADOR:	Município:
ENDEREÇO:	

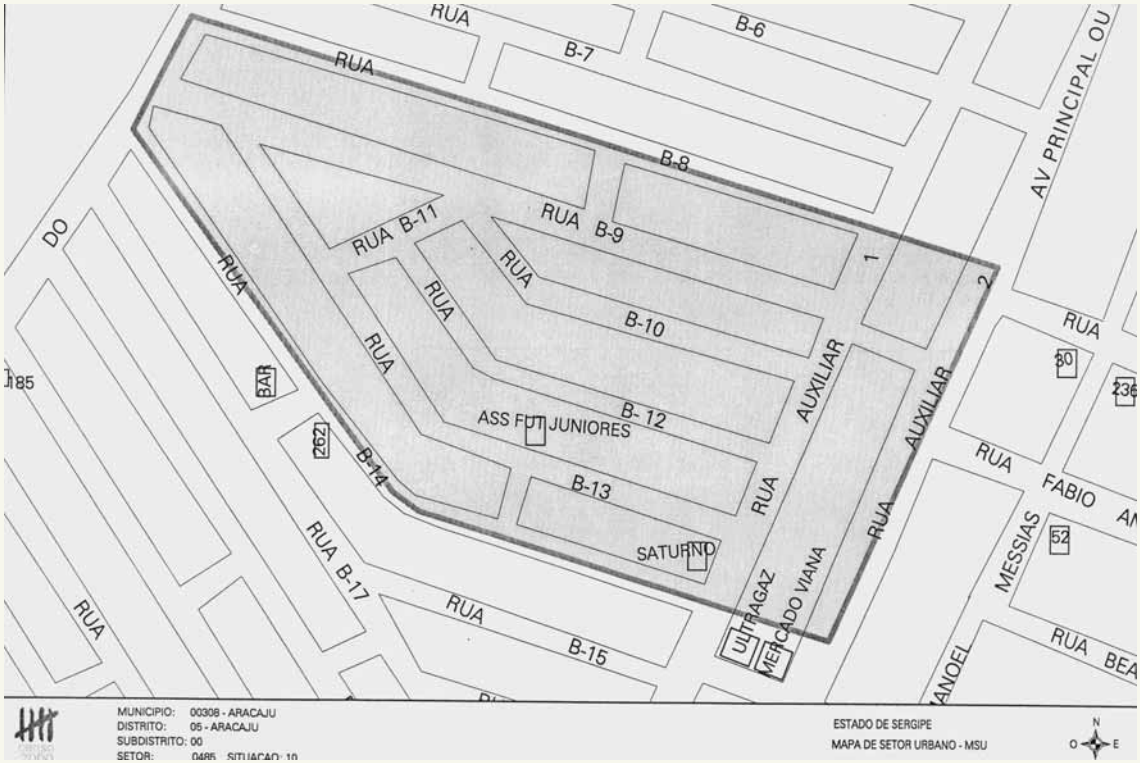
Nº de Ordem	Nome Completo	Sexo		Data de Nascimento	Anos de Escolaridade	Matrícula Atual			Nível de Alfabetização			Está na escola?		OBS.
		M	F			Escola	Série	Turno	Não sabe ler e escrever	Assina o Nome	Sabe ler e escrever	Sim	Não	
01														
02														
03														
04														
05														
06														
07														
08														
09														
10														
11														
12														
13														
14														
15														

ANEXO 2
Caderneta do Setor

SETOR	REGIONAL	LOCALIDADES

QUANTIDADE DE QUESTIONÁRIOS APLICADOS	
QUANTIDADE DE HOMENS RECENSEADOS	
QUANTIDADE DE MULHERES RECENSEADAS	
TOTAL DE PESSOAS RECENSEADAS	
NOME DOS RECENSEADORES	ASSINATURA
1.	
2.	
3.	
4.	
DATA DE INÍCIO DA COLETA	DATA DO TÉRMINO DA COLETA
Dia:_____ Mês:_____ Ano:_____	Dia:_____ Mês:_____ Ano:_____
NOME DO SUPERVISOR	ASSINATURA
DATA DE ENCERRAMENTO DA SUPERVISÃO	Dia:_____ Mês:_____ Ano:_____

ANEXO 3
Mapa do Setor Urbano - MSU



MAPA DE SETOR URBANO - MSU - IBGE/ESTADO DE SERGIPE/MUNICÍPIO DE ARACAJU
SETOR 0485 - CENSO 2000

UF: Sergipe
28
Município: Aracaju
00308
Distrito: Aracaju
05
Subdistrito:
0
Situação: 10 URBANA SETOR: 0485
AGÊNCIA: 280030800 ARACAJU
Ponto Inicial e Ponto Final: ENTRONCAMENTO DA "RUA B 14" COM A "RUA DO FUNDO".
Descrição do Perímetro: DO PONTO INICIAL ATÉ A "RUA B 8", "AVENIDA PRINCIPAL", "RUA B 14", ATÉ O PONTO INICIAL.
Setores a serem excluídos: NADA A REGISTRAR
Aglomerados Rurais Somente Identificados: NADA A REGISTRAR

APÊNDICES

APÊNDICE A
INSTRUMENTO TÉCNICO PARA LEVANTAR AS EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DO MINICENSO EDUCACIONAL*

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E RELEVÂNCIA

2 - DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS PARA O MUNICÍPIO

2.1 Objetivos Gerais

2.2 Objetivos Específicos

3 - SELEÇÃO E PREPARAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

- Definição da equipe.
- Definição das atividades e das atribuições dos membros da equipe.
- Coordenação do trabalho em termos da pesquisa e da redação final.
- Critério de seleção das pessoas que participaram do trabalho e de possíveis colaboradores.
- Preparação das pessoas que executaram o levantamento ou pesquisa de campo e de outras pessoas que realizaram atividades em termos de colaboração.
- Organização do trabalho número de dias e horários.
- Mobilização de recenseadores/pesquisadores.
- Definição de critérios para seleção dos recenseadores/pesquisadores.
- Treinamento dos recenseadores/pesquisadores.
- Forma de credenciamento dos recenseadores/pesquisadores.
- Meios e formas de comunicação utilizadas para que a cidade tenha conhecimento do trabalho de pesquisa.
- Deslocamento das pessoas para a zona urbana e rural (tipos de transporte utilizados).
- Acompanhamento, controle e avaliação do processo de entrevistas e/ou coleta de dados.

* Elaboração de Clodoaldo José de Almeida Souza

4 - ESCOLHA DA METODOLOGIA

- Levantamento de dados básicos de população urbana e rural e outros dados sócio-econômicos do município junto ao IBGE.
- Levantamento de dados e de indicadores educacionais junto ao INEP, ao Estado e outros órgãos regionais e estaduais de pesquisa educacionais.
- Elaboração de instrumentos e de cadernos de orientações para apoiar a aplicação dos questionários.
- Teste dos instrumentos utilizados.
- Seleção das áreas urbanas.
- Seleção das áreas rurais
- Seleção das escolas.
- Agendamento das escolas.
- Agendamento dos bairros.
- Preparar os mapas das localidades e das ruas a serem pesquisadas.
- Preparar os mapas das localidades rurais e das (propriedades rurais, fazendas, e sítios) com as escolas existentes identificadas.
- Aplicação propriamente dita dos instrumentos de coleta.
- Revisão dos instrumentos aplicados e correção dos mesmos.
- Reaplicação de instrumentos, caso seja necessário.

5 - ORGANIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS APÓS A PESQUISA DE CAMPO

- Organização dos instrumentos aplicados, por setor, bairro, zona urbana e rural.
- Apuração dos dados.
- Análise dos dados e sua validação estatística.
- Sistematização do trabalho em versão preliminar.
- Análise de consistência dos dados e das tendências.
- Resultado preliminar com análise e recomendações.
- Resultado final do trabalho após revisão geral com as devidas recomendações.
- Possibilidade de ter o resultado sistematizado em um módulo informatizado.

6 - CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

- Período de execução e pesquisa (anual ou bienal).
- Duração do levantamento ou pesquisa de campo.
- Duração do trabalho de escritório.
- Cronograma físico dos trabalhos com a identificação das etapas.

7 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO MINICENSO

- No apoio técnico e na fundamentação para o planejamento da educação municipal.
- Na definição, redefinição ou reordenamento das metas do Plano Municipal de Educação.
- Na elaboração do Plano Diretor do Município.
- Na elaboração do Plano Plurianual - PPA.

8 - DESPESAS REALIZADAS

- Pessoal técnico e de apoio.
- Transporte de pessoal.
- Alimentação para o pessoal.
- Hospedagem para o pessoal.
- Outras despesas necessárias à realização do trabalho.
- Despesas com publicação e divulgação do trabalho.
- Outros custos.
- Custo total.

9 - MATERIAL DE SUPORTE, APOIO TÉCNICO E BIBLIOGRÁFICO

- Livros.
- Pesquisas.
- Documentos técnicos.
- Mapas.
- Outros indicar.

APÊNDICE B
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MINICENSO EDUCACIONAL REALIZADO NO MUNICÍPIO DE ICAPUÍ - CE*

1 - INTRODUÇÃO

O Município de Icapuí, no Estado do Ceará, tem uma população de 16.065 habitantes e realiza anualmente o mini censo educacional municipal, como parte integrante do Projeto de Educação local de Universalização do Ensino, instalado desde 1986, e que já lhe rendeu premiações tais como: o Prêmio Criança, Paz e Educação (1991) e o Prêmio Gestão Pública e Cidadania, concedido pela Fundação Getúlio Vargas (1996).

O evento é tradicional no município que executa o levantamento local da situação de atendimento e de escola-rização na rede de ensino. A novidade nos últimos dois anos é a ampliação do minicenso para uma aferição de toda população residente no município, na zona urbana e rural, sua situação de escolarização e alfabetização.

O instrumento elaborado pela equipe técnica, pesquisa a realidade educacional, social, habitacional e econômica da população do município. Além desses elementos, o censo escolar apóia um mapeamento das situações de risco social, de trabalho e emprego, causas de abandono da escola, registrando especialmente as crianças, adolescentes e jovens na faixa de 06 a 19 anos fora da escola, em direção a um processo mais aperfeiçoado de cadastramento da população e de organização para acompanhamento e aferição futura detalhada dos processos de permanência na escola e de regresso dos casos detectados de evasão ou de ausência de matrícula. O minicenso no seu relatório final fornece a listagem de todas as pessoas recenseadas, com nome, endereço, idade, escolaridade, facilitando a localização dos evadidos.

Outros dados pesquisados serão fundamentais para programar o desenvolvimento de ações voltadas para os programas de escolarização de jovens e adultos, destinados à erradicação do analfabetismo, localizando-os e colocando-os em sala de aula.

2 - OBJETIVOS DO TRABALHO

- Levantar a situação de atendimento da população pela rede de ensino;
- Medir a escolarização da população com idade escolar potencial para ser atendida, onde reside e as situações de risco social, de trabalho e emprego, causas de abandono da escola, especialmente as crianças e adolescentes.

*Elaboração de Clodoaldo José de Almeida Souza, com a participação de Maria Dione Soares Félix, Clotemir Damasceno Rabelo e Eduardo Gomes Bezerra (Secretaria Municipal de Educação de Icapuí-CE)

3 - COORDENAÇÃO DO TRABALHO

A coordenação dos trabalhos em 2004 foi realizada por uma equipe multidisciplinar composta por um coordenador técnico, um técnico de informática, um digitador, com o apoio dos diretores e/ou coordenadores de escolas que supervisionaram e acompanharam o grupo de recenseadores.

4 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENTREVISTA E/OU COLETA DE DADOS

O acompanhamento em 2004 foi realizado pela equipe de coordenação com o apoio dos diretores e/ou coordenadores e dos professores das escolas, que em momentos de dificuldades acompanharam os recenseadores até as residências para completarem os questionários e/ou até dar um reforço explicativo da necessidade e objetivos do minicenso.

5 - METODOLOGIA APLICADA

O processo de trabalho adotado pela equipe técnica do município tem sido muito simples e tem como base as experiências dos anos anteriores, quando os recenseadores eram os próprios professores da rede de ensino e todos os trabalhos eram realizados manualmente. A partir de 2003, depois de reflexão interna da equipe com os professores, resolveu-se que os recenseadores seriam os estudantes da rede, desonerando-se então os professores deste acúmulo de trabalho.

A equipe então resolveu se colocar diante de algumas perguntas, para poder sistematizar as questões que comporiam o questionário, a ser aplicado junto aos domicílios. Depois da elaboração do instrumental foi feita a convocação e a seleção dos estudantes para participarem da pesquisa, tomando por base os critérios como: residir no bairro, de preferência perto da escola onde estuda, e ter experiência em trabalho voluntário.

A divulgação do minicenso vem sendo realizada por intermédio de anúncios de carros com serviço de sons, cartazes nos órgãos públicos e faixas que são colocadas em pontos estratégicos da cidade. Selecionados os recenseadores, é realizado um treinamento para os mesmos, tendo como base o estudo do instrumento da pesquisa, a localização dos bairros e das ruas, o cronograma de trabalho.

O treinamento no que diz respeito a parte de estudos e conceitos tem duração de oito horas e em seguida é iniciada a fase de testes do instrumental, sendo testados 20 instrumentais, por recenseador.

6 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O minicenso foi aplicado em todas as áreas do município (urbana e rural) com a aplicação em todos os

domicílios residenciais. Quando a residência estava fechada, um "lembrete" era deixado avisando que o minicenso passou e que voltaria no dia seguinte.

7 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Com base nos dados dos minicensos anteriores a equipe responsável revisa e analisa os instrumentos aplicados para identificar questões que possam ser ampliadas e ou alteradas. Para o ano de 2004, foi necessária a elaboração de um formulário ampliado com base nas respostas que a equipe técnica gostaria de obter, estimando-se o cálculo da quantidade de famílias e de comunidades a serem recenseadas; simulação em algumas casas para medir o tempo necessário para o preenchimento de um formulário; e finalmente a impressão dos formulários em gráfica.

Realizados esses procedimentos foi necessário montar um laboratório de informática, composto por quatro computadores, com banco de dados elaborado por técnicos da Prefeitura Municipal no software *Access*.

O grupo elaborou também uma cartilha orientadora para os recenseadores, que foi usada na capacitação e na aplicação dos questionários de pesquisa.

8 - CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

O minicenso educacional foi realizado no período de 10 a 12 de março de 2004. Em geral ocorre na 1ª quinzena de março, período preferencial, porque se antecipa à realização do censo escolar oficial do MEC/INEP, permitindo que a partir dos resultados, o sistema municipal de ensino possa fazer as correções mais importantes e reorganizar a capacidade de atendimento nos diversos níveis de ensino.

- Assim o calendário de 2004 foi organizado com as seguintes atividades:
- Realização do minicenso 10 a 12 de março de 2004.
- Triagem dos formulários de 16 a 19 de Março de 2004.
- Digitação de 22 de março a 02 de abril de 2004.
- Apresentação para os funcionários da Secretaria da Educação: 05 de Abril.
- Apresentação para os Secretários, o Prefeito: 06 de abril de 2004.
- Apresentação para os Diretores das Escolas: 08 de Abril.

Tempo de Duração

O minicenso é realizado durante três dias em todo o município. Para atender as peculiaridades do município, a equipe técnica adotou como forma estratégica, a realização do minicenso durante a semana, precisamente na

quinta, sexta e sábado com o propósito de atender as pessoas residentes que em geral não se encontram em casa nos demais dias da semana, por motivo de trabalho na zona rural ou fora da cidade.

9 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO MINICENSO EDUCACIONAL

Após a digitação, revisão e organização dos dados pela equipe de técnicos da Secretaria Municipal da Educação, os resultados do minicenso são organizados a partir de perguntas básicas oriundas da necessidade de informações que o órgão necessita para seu trabalho.

Os relatórios por assunto ou temática são montados com gráficos e tabelas para uma melhor compreensão e análise pelas equipes.

O planejamento da oferta de jovens e adultos, por exemplo, com base nos dados do minicenso promoveu um movimento para a criação, instalação de salas nas comunidades e setores com maiores demandas de alfabetização, realizou visitas através de professores, a partir dos nomes e endereços de analfabetos localizados pelo minicenso. A tentativa é conhecer bem as demandas e atingi-las de forma intensa, e aos poucos, ir reduzindo os índices.

Os relatórios ficam à disposição das coordenações por tipos e modalidade de ensino para: subsidiar o planejamento; a elaboração de projetos; a orientação do processo de matrículas; a elaboração de ações complementares; a montagem do programa de acompanhamento posto em prática pelas escolas, etc.

As duas últimas versões do censo em 2003 e 2004, aliadas às necessidades de informação mais amplas, tornaram-se minicensos populacionais com ênfase na escolarização em todas as faixas etárias e destinadas, a levantar dados para o planejamento de atendimentos específicos, a compreensão dos espaços de atendimentos a serem priorizados nas ações de ampliação de oportunidades de escola na educação básica e a noção da escolarização da população para investimentos.

O resultado do minicenso tem subsidiado não só a elaboração do Plano Municipal da Educação, suas diretrizes e metas, bem como as ações planejadas para os próximos anos, com projeção de atendimento para a educação infantil, o ensino fundamental e médio. Igualmente, ações para a formação de professores e as intervenções locais para a projeção de escolarização de nível superior e de jovens e adultos do município têm suas bases calcadas nos dados e informações provenientes do minicenso anual.

10 - DESPESAS REALIZADAS

A equipe de coordenação contabilizou as despesas realizadas com o minicenso, em 2004, conforme quadro a seguir:

MINICENSO EDUCACIONAL 2004 - DESPESAS REALIZADAS - R$ 1,00

DESCRIÇÃO DO ÍTEM	QUANTIDADE	PREÇO	
		Unitário	Total
Remuneração de recenseadores (47x15x03dias)	47	15,00	2.115,00
Impressão de formulários	3.000	0,38	1.140,00
Impressão de Cartilhas (produção e reprodução)	45	0,50	22,50
Produção de faixas para divulgação	05	35,00	175,00
Produção de Crachás de identificação	47	0,60	28,20
Produção de "spots" para divulgação na rádio local	01	80,00	80,00
Veiculação de vinhetas na Rádio (08x01x15 dias) Contrato 01 mês	01	100,00	100,00
Remuneração de digitadores (01x 10,00 x 07)	05	70,00	350,00
Assessoria técnica no Banco de dados	01	800,00	800,00
Confecção de Bonés e Camisetas	47	9,50	446,50
Fotografias (Registro digital em CD)	150	2,00	300,00
Coordenação Técnica	01	700,00	700,00
Resma de papel ofício tamanho A4	05	14,00	70,00
Cartucho para impressora colorida	02	125,00	250,00
Cartucho impressora preto	02	115,00	230,00
Confecção de Folder para divulgação	300	0,45	135,00
CD RW	10	3,00	30,00
Oficina de capacitação de recenseadores (47 x 9,00 x 1)	01	423,00	423,00
Transportes dos recenseadores (ajuda de custo) (47 x 2,00 x 3 dias)	47	6,00	282,00
Gastos eventuais	01	200,00	200,00
Valor Total			**7.877,20**

11 - MATERIAL TÉCNICO UTILIZADO

A equipe técnica não utilizou nenhum material técnico de apoio a não ser as informações de referência da Secretaria de Saúde, indicando o número de domicílios e os nomes das ruas.

12 - APRECIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A realização do minicenso educacional no município aparece sempre como um momento de avaliação e de constatação da evolução dos esforços técnicos em garantir um ensino universalizado. Esse é o projeto de educação que desde 1986 o município vem defendendo e aperfeiçoando. Antes mesmo que o Ministério da Educação

levantasse as bandeiras para colocar toda criança na escola, a universalização do ensino já era um projeto efetivo no município de Icapuí e trazia grandes resultados. Dessa forma, fazer o minicenso vem sendo sempre uma oportunidade de mensurar até onde chegamos e que desafios pontuais esse projeto de educação ainda guarda e enfrenta.

Há claras sensações de satisfação com os resultados que, históricos, fundam a experiência e demonstram o patamar de sucesso.

O minicenso é também um mapa de aferição do investimento feito em educação no município, desenhando a escolarização da população e suas condições para o desenvolvimento local. Por outro lado, alguns elementos incomodam, porque atestam situações que não se conseguiu atenuar de ano para ano, como o abandono à escola por adolescentes e jovens de 15 a 19 anos, sempre revelados pelo minicenso, mas que o sistema educacional ainda não resolveu. Essa fissura no projeto, estampada pelo minicenso, deixa sensações de imobilidade e falta de resoluções claras por parte dos gestores locais, ou por falta de vontade política, ou por falta de condições estruturais e financeiras para implantar políticas de atenção a esses em situações de vulnerabilidade. Mesmo assim, o minicenso é instrumento de concretização de projetos, porque nos provoca incômodos e por outro lado anima nossas lutas. São números, que expressam níveis de qualidade alcançados e em muitos locais, invejáveis.

É um trabalho simples, mas feito com muita disposição, responsabilidade e dedicação, por uma causa nobre que é a educação.

13 - DEPOIMENTOS

"Nossa experiência em relação ao minicenso escolar, desde o início, sempre foi significativa. Esse trabalho, realizado com o apoio da Secretaria da Educação, nos fornece subsídio para que a escola possa ter um maior conhecimento a respeito da realidade em que o aluno está inserido. Na medida em que vamos à sua residência, nos deparamos com situações do seu cotidiano, uma vez que ocorre um diálogo entre a família e a escola. Essa aproximação escola x família abre as portas para a compreensão não só da vida escolar do aluno, como também de sua vida social, do seu dia-a-dia. Oportuniza perceber a qualidade de vida dos alunos e das famílias, bem como identificar como esta família se estrutura e se relaciona. Um outro aspecto bastante positivo do minicenso é no que se refere à evasão escolar. Através dele podemos ter um diagnóstico indicando se a questão está na escola, além de apontar desafios a serem superados, entre eles a busca de alunos que estão ausentes. Essa busca, na maioria das vezes, tem como resultado o retorno do aluno para a escola. Apesar dessa volta não garantir

sua permanência, ela provoca uma maior preocupação da escola em se tornar um ambiente agradável que estimule o aluno a se interessar por ela, permaneça, tenha sucesso e seja feliz. Essa vivência é de extrema importância para o bom andamento da escola no cumprimento de sua função social. Porém, nos últimos anos essa tarefa foi transferida dos professores das escolas para recenseadores contratados pela SEDUC, o que, de certa forma, descaracterizou sua importância, visto que para nós, ele é muito mais do que simplesmente dados tabulados de questionários. Ele é um instrumento valioso para que a Escola possa buscar a superação do que não está bem e precisa ser melhorado".

(Núcleo Gestor da Escola Professora Maria Edilse Barbosa - Maria Ausinélia Rebouças, Meiriane Rebouças da Silva, Maria do Socorro da Silva - Icapuí-CE).

"O minicenso é uma forma de acompanhamento do aluno e de seus pais e responsáveis pela escola e pela Secretaria da Educação. O minicenso escolar quando realizado a partir do 1º mês do início das aulas, vai permitir avaliar quantitativamente o número de alunos evadidos e as causas dessas evasões. O contato direto com as famílias e as visitas nas residências possibilitará um conhecimento da situação socioeconômica das mesmas e dos problemas sociais e psicossociais decorrentes. Uma análise apurada dos problemas sociais e psicossociais detectados nas famílias dos alunos levará necessariamente a escola e os professores a perceber a realidade dos alunos, não só olhando de uma forma diferente, como também encaminhar os problemas que já não são mais da competência da escola, para serem resolvidos por quem é de direito".

(Madalena Maria da Silva - Professora de Ensino Fundamental Escola professora. Maria Edilse Barbosa - Icapuí - CE)

"Na condição de diretor escolar concebo o minicenso da educação como uma ferramenta importantíssima para se verificar o número de crianças, jovens, que estão fora da escola, mas também como uma oportunidade para se fortalecer os laços sociais e afetivos da escola com a comunidade".

(Antônio José da Costa - Diretor da Escola de Ensino Fundamental (Almerinda Barreto Barreiras - Icapuí-CE)

14 - MANUAL DO(A) RECENSEADOR(A)

O minicenso abrange todas as famílias do município, conforme a divisão geográfica realizada no dia do treinamento. Caso a família esteja ausente nos três dias de minicenso, informar no formulário, preenchendo os dados possíveis. Deste minicenso não deve ser excluída nenhuma pessoa, independente de classe social, cor, raça, estado de saúde, idade, morador temporário. Não deverão ser incluídos turistas e/ou visitantes de outras cidades. Toda ocorrência deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Educação.

Formulário

O formulário está dividido em duas partes, sendo:

a) Parte superior: Dados Comuns

Este campo será preenchido somente uma vez em cada casa, utilizando os campos: Controle, Comunidade, Endereço, Casa, Água Encanada e Luz Elétrica.

b) Parte inferior: Dados Pessoais

Este campo será preenchido com os dados de cada pessoa da casa, utilizando os campos: Nome, Nascimento, Sexo, Está na Escola, Escolaridade, Nível de Alfabetização, Trabalho e Deficiência.

Preenchimento

Dados Comuns:

Controle: Deverá ser preenchido com código pessoal do recenseador, que será fornecido no dia do treinamento.

Comunidade: Deverá ser preenchido com a comunidade onde a casa se situa. Utilizar a numeração fornecida pela Secretaria Municipal de Educação.

Endereço: Deverá ser preenchido com o nome da rua e, onde não houver nome de rua, preencher com um nome descritivo. Por exemplo: Rua da Praia, Rua da Serra, Viela, Rua de acesso à praia, etc.

Casa: Deverá ser preenchido com o tipo de construção da casa: se a casa é feita na maior parte de Taipa, Alvenaria ou Palha.

Água Encanada: Deverá ser preenchido com SIM ou NÃO. Sim, caso a casa possua água encanada, proveniente do Serviço de Água do Município, poço, bica, etc. Não, caso a água venha em baldes, cabaça ou por outro meio que não a encanada.

Luz Elétrica: Deverá ser preenchido com SIM ou NÃO. Sim, se a casa possui energia de Empresa Elétrica e não, caso a energia provenha de motor, lampião, vela ou de outro meio que não por meio de fios elétricos.

Dados Pessoais

Nome: Deverá ser preenchido com o nome da pessoa.

Nascimento: Deverá ser preenchido com o dia, mês e ano no formato DD/MM/AA. Por exemplo: 25/02/1979, 30/10/1905. Atenção, não utilize 12/07/48. Caso a pessoa não se lembre da data de nascimento, solicite documento de Identidade (RG) ou outro. Se não possuir, colocar uma data aproximada, por ela informada. Nunca deixar de preencher este campo.

Sexo: Deverá ser preenchido como Masculino ou Feminino.

Está na Escola: Deverá ser preenchido com SIM ou NÃO. Se sim, deverá ser preenchido o número da escola, utilizando a numeração fornecida. Se não, deverá ser informado o motivo, entre eles: Concluiu, Não Quer, Saúde, Trabalho, Casamento/Gravidez ou outros.

Escolaridade: Deverá ser preenchido com a série que o aluno está cursando ou a série até a qual a pessoa cursou. Por exemplo: uma pessoa que terminou o 3º ano do ensino médio deverá então, ser preenchido 3º E.M.

Nível de Alfabetização: Deverá ser preenchido conforme o grau de instrução da pessoa, conforme os campos: Analfabeto (que não sabe escrever, nem ler nada). Só o Nome (que assina só o nome) ou, Alfabetizado (que sabe ler e/ou escrever, mesmo que com dificuldades).

Trabalho: Deverá ser preenchido com o tipo de trabalho da pessoa, sendo: Rural, Urbano, Aposentado, Desempregado ou Outros. Sendo pescador, considerar como trabalhador rural.

Deficiência: Deverá ser preenchido com o tipo de deficiência da pessoa, sendo: Conduta Típica; deficiência Mental; Visual; Auditiva ou Física. Caso não tenha nenhuma, não preencher nenhum campo. Caso a pessoa tenha mais de uma deficiência, marque duas ou mais opções.

Conduta Típica: São os portadores de síndromes ou com atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento pessoal.

Mental: Funcionamento intelectual abaixo da média.

Auditiva: Perda total ou parcial da audição (congênito ou adquirido).

Visual: Cegueira total ou parcial (redução da capacidade de ver).

Nome:_____

Código de controle:_____

FORMULÁRIO DO CENSO ESCOLAR

N° DE CONTROLE: Comunidade:

Endereço: _____

CASA: ☐ Taipa ☐ Alvenaria ☐ Palha

ÁGUA: ☐ Sim ☐ Não LUZ ELÉTRICA: ☐ Sim ☐ Não

NOME:

NASCIMENTO: _____/_____/_____ SEXO ☐ Masculino ☐ Feminino

ESTÁ NA ESCOLA?

☐ Sim:

N° da Escola:_____

☐ Não:

☐ Concluiu
☐ Não quer
☐ Saúde
☐ Trabalho
☐ Casamento/Gravidez
☐ Outros

ESCOLARIDADE

☐ 1ª série
☐ 2ª série
☐ 3ª série
☐ 4ª série
☐ 5ª série
☐ 6ª série
☐ 7ª série
☐ 8ª série
☐ 1° E.M.
☐ 2° E.M.
☐ 3° E.M.
☐ Creche
☐ E.J.A.
☐ T.A.F.
☐ T.A.M.
☐ Faculdade
☐ Faculdade Incompleta
☐ Pós-Graduação

NÍVEL DE ALFABETIZAÇÃO

☐ Analfabeto ☐ Só o nome ☐ Alfabetizado

TRABALHO

☐ Rural
☐ Urbano
☐ Aposentado
☐ Desempregado
☐ Outros

DEFICIÊNCIA

☐ Conduta Típica
☐ Mental
☐ Visual
☐ Auditiva
☐ Física

Obs: Deve-se numerar, tanto as perguntas quanto as respostas para posterior tabulação.
Este Formulário deverá ser aplicado com cada pessoa na residência.

APÊNDICE C
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MINICENSO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - PE*

1- INTRODUÇÃO

Segundo estudo realizado em março de 2003, a educação básica com qualidade colocava-se como o desafio do governo municipal, objetivando elevar o nível de escolarização da população, o que significa garantir o direito que todo cidadão tem à educação. Esse direito é compreendido numa perspectiva mais ampla, o que significa envolver não apenas as crianças e adolescentes, mas também os jovens e adultos que não tiveram acesso à educação escolar no tempo adequado.

Nessa perspectiva, a Secretaria Executiva da Educação (SEE), na atual gestão, define como prioridades fundamentais à universalização do acesso à educação, a melhoria da qualidade do ensino e a gestão participativa das escolas, entendidas como vetores que devem convergir para o mesmo objetivo afirmado anteriormente.

Para tornar concretas essas prioridades, a SEE vem realizando uma série de ações, destacando-se entre elas a realização das Conferências Municipais de Educação; capacitação permanente de seus professores; consolidação do processo de gestão democrática e participativa nas escolas, através do estímulo à atuação dos conselhos escolares, da construção coletiva do processo de eleição direta para dirigentes, da busca do desenvolvimento da autonomia das escolas por meio da elaboração de seus projetos políticos-pedagógicos, investimento no processo de acompanhamento e avaliação do trabalho pedagógico realizado nas escolas, entre outras. Vale destacar, ainda, entre estas ações a criação do Sistema Municipal de Ensino, através da lei nº 1920/2000, que traz importantes considerações para a formulação e implementação das políticas educacionais no município.

Nesse sentido, a realização do minicenso educacional se constitui em uma ação prévia e em um instrumento importante para elaboração do diagnóstico concreto da situação educacional, que precisa ser conhecida para poder ser transformada.

O resultado final do minicenso deverá se constituir em referência fundamental para a definição das ações estratégicas junto à população no que se refere a prestação do serviço público educacional com qualidade. Além do envolvimento da população, faz-se necessário, também o envolvimento de diversos setores sociais organizados que possam, através de parcerias as mais diversas, contribuir para a sua realização.

* Elaboração de Clodoaldo José de Almeida Souza, com a participação de Zuleica M. Tavares de Brito Leitão e José Dantas da Silva (Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho - PE)

Essa é uma ação que busca atender a necessidade de partir do conhecimento detalhado sobre a realidade educacional local, para poder atuar de forma consistente. Trata-se de uma ação de grande envergadura que pressupõe o envolvimento e participação de todos os que fazem a educação municipal, bem como de toda a população para que o mesmo tenha sucesso e alcance os objetivos esperados.

2 - OBJETIVOS DO TRABALHO DO MINICENSO EDUCACIONAL

- Produzir e sistematizar informações sobre o perfil educacional da população no que se refere às condições do atendimento escolar, aos indicadores objetivos e subjetivos relacionados ao processo de escolarização e às condições gerais de vida da população;
- Construir indicadores para avaliar as políticas educacionais implantadas;
- Subsidiar o debate e a definição de políticas públicas educacionais que respondam de forma mais eficiente às necessidades educacionais dos cidadãos a curto, médio e longo prazo.

3 - COORDENAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho foi coordenado por uma equipe multidisciplinar composta por 01 supervisor-geral; 04 supervisores regionais (para atender as 04 regionais do município); 01 Estatístico; 01 programador; 01 assessor; 03 digitadores; 04 tabuladores e 115 recenseadores. Os recenseadores foram selecionados entre estudantes, agentes ambientais, agentes egressos do Programa Erradicação de Trabalho Infantil Peti, todos com idade acima de 16 anos.

4 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENTREVISTA E/OU COLETA DE DADOS

As equipes de recenseadores foram acompanhadas por supervisores, que uma vez por semana realizaram reuniões para esclarecer as dúvidas. Estas reuniões eram realizadas no posto central de coleta, onde o trabalho era concentrado e de onde partia todos os comandos e orientações.

O trabalho de levantamento foi realizado de 2ª a 6ª feiras no horário da tarde, demandando aproximadamente 07 meses. Quando uma residência estava fechada, era deixado um "lembrete" de aviso que o censo educacional passou naquela rua e que voltaria na próxima semana.

5 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O minicenso foi desenvolvido a partir dos seguintes passos:

1°) Discussão inicial com as equipes de gestores e técnicos da SEE visando identificar os aspectos que precisam ser tratados no minicenso com relação aos níveis e modalidades que compõem o sistema de ensino do município;

2°) Mobilização da comunidade, sem a qual os objetivos propostos não serão alcançados;

3°) Realização do recenseamento (coleta das informações) realizado por uma equipe designada exclusivamente para essa função, cujo trabalho será acompanhado e avaliado durante todo o percurso de sua realização;

4°) Discussão e sistematização de todos os resultados; análise crítica dos resultados encontrados e indicações para a definição das políticas educacionais do município. Este momento é realizado com a participação de todos os setores envolvidos na realização do minicenso.

6 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE ÁREAS

O município está organizado em 04 regionais assim distribuídas:

- Regional 01 - estão os bairros do centro, São Francisco e Cohab com uma população de 53.023 Habitantes;
- Regional 02 - compreende as vilas e praias com população de 18.341 Habitantes;
- Regional 03 - é formada por Ponte dos Carvalhos e Pontezinhas com uma população de 51.861 Habitantes;
- Regional 04 é formada por Juçaral e Charneca com uma população de 18.341 Habitantes.

7 - CRONOGRAMA E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PARA REALIZAÇÃO DO MINICENSO

Atividades	Período
Discussão com a equipe da Secretaria para definição dos dados mais relevantes	Até 28/09
Elaboração de instrumento de coleta	Até 02/10
Definição do instrumento - Reunião com estatístico/ programador	Até 10/10
Organização do banco de dados	Até 11/10
Elaboração de manual de instruções	Até 11/10
Orientação dos recenseadores	16 a 19/10
Desenvolvimento do programa para manipulação dos dados	Até 08/11
Recenseamento	De 22/10 a 14/12
Elaboração de relatórios (apresentação de resultados e análises)	Janeiro, Fevereiro e Março

Descrição detalhada das atividades

1) Reunião para definição de cronograma, estratégias, orçamento, etc (gestores e assessores);

2) Entrega do material a ser elaborado pelas equipes da Secretaria de Educação Subsídios para construção do questionário;

3) Reunião ampliada para discussão da primeira versão do questionário (equipes técnicas e assessor);

4) Entrega da versão final do questionário para análise e discussão das equipes técnicas, estatístico, programador, supervisor, etc.

5) Reunião com estatístico e programador para concluir a versão do questionário;

6) Reunião com supervisor geral para definição do manual de instruções;

7) Treinamento dos recenseadores pelo supervisor geral e testes do questionário;

8) Atividades de recenseamento; digitação do material, por região censitária que for sendo concluída, análises preliminares;

9) Elaboração de relatórios com os principais resultados;

10) Elaboração de análises e reflexões sobre as políticas educacionais no município.

8 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO MINICENSO EDUCACIONAL

A análise dos dados construídos pelo minicenso educacional em 2002 realizado pela Secretaria Executiva da Educação (SEE), tanto no que se refere aos seus aspectos de conquistas, quanto de desafios precisa ser construída em função das prioridades estabelecidas pela atual gestão, explicitam prioridades com destaque para:

- Universalização do acesso à educação básica;
- Melhoria da qualidade do ensino e a gestão participativa das escolas, entendidas como vetores que devem convergir para um mesmo objetivo;
- Garantia do direito à educação de qualidade.

O minicenso educacional se afirma como uma ação estratégica para viabilizar essas prioridades, na medida em que se propõe:

- Produzir e sistematizar informações sobre o perfil educacional da população no que se refere às condições do atendimento escolar e seus pontos críticos; aos indicadores objetivos e subjetivos relacionados ao processo de escolarização; e às condições gerais de vida da população;
- Construir indicadores para avaliar as políticas educacionais implantadas;
- Subsidiar o debate e a definição de políticas públicas educacionais que respondam de forma mais eficiente às necessidades educacionais dos cidadãos.

Nessa direção, apresentamos a seguir uma síntese dos aspectos mais relevantes que devem nortear o debate sobre as estratégias a serem traçadas para enfrentar os desafios postos à educação na cidade do Cabo de Santo Agostinho na perspectiva da universalização com qualidade.

Considerando os dados que estão sendo apresentados, poderíamos afirmar que:

1) O perfil educacional mais geral da população indica um índice de alfabetização de 82,4%, superior ao diagnosticado pelo último Censo do IBGE que foi de 80,6%;

2) O atendimento escolar realizado pela rede pública municipal tem se consolidado no que se refere ao atendimento do ensino fundamental e se ampliado para a educação infantil na faixa etária dos 4 a 6 anos;

3) No caso do atendimento no Ensino Fundamental, este atinge 96,8% da população na faixa etária entre 7 a 14 anos e tem se destacado quando consideramos o atendimento na zona rural que se mostrou mais positivo em quase todas as regiões;

4) Ao consideramos o número absoluto de crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos que estão fora da escola, podemos perceber que este número não é significativo, indicando muito mais a necessidade de adequação, ou melhor, organização dos espaços já existentes;

5) O mesmo não acontece para a educação infantil cujos dados revelam que muito ainda há para ser feito nesse nível de ensino. Há que registrar, no entanto, o investimento que o município vem fazendo para atender as crianças na faixa etária entre 4 e 6 anos.

Dois aspectos merecem atenção especial:

a) Aquele relativo ao quantitativo da população com mais de 20 anos que não sabe ler nem escrever e o atendimento realizado pelas salas de EJA, que ainda não passa de 20% desse grupo populacional; e,

b) Aquele relativo ao atendimento de pessoas com algum tipo de deficiência que ainda é irrelevante.

Os dados que relacionam o número de pessoas com algum tipo de deficiência e o atendimento escolar indicam que ainda há muito por fazer nesse aspecto.

9 - DESPESAS REALIZADAS

Orçamento

Tomando como parâmetro inicial:

a) Uma população de aproximadamente 160.000 habitantes;

b) A existência de 40.000 domicílios no município;

c) A remuneração aos recenseadores de R$ 0,50 por questionário aplicado;

d) A aplicação de 16 questionários por recenseador/dia, o que indica a necessidade de 115 recenseadores para realizar o trabalho de recenseamento no prazo de 22 dias úteis.

Previsão orçamentária:

1) Pessoal

Itens	Valor unitário	Número total	Valor final
Pessoal (Equipe externa)	R$1,00		R$1,00
Recenseadores	0,50 (questionário)	40.000 questionários	20.000,00
Supervisor geral[1]	1.400,00 (mês)	01 (por 04 meses)	5.600,00
Supervisor regional	800,00 (mês)	01 (por 04 meses)	3.200,00
Tabulador de dados	300,00 (mês)	04 (por 04 meses)	4.800,00
Estatístico[2]	1.120,00 (mês)	01 (por 03 meses)	3.360,00
Digitador	250,00 (mês)	03 (por 04 meses)	3.000,00
Programador[3]	1.000,00 (mês)	01 (por 02 meses)	2.000,00
Assessor[4]	1.760,00 (mês)	01 (por 05 meses)	8.800,00
Subtotal 01			50.760,00

2) Publicação do minicenso

Itens	R$ 1,00
Despesas gráficas - 2.000 exemplares	6.200,00
Subtotal 02	6.200,00

3) Material de consumo

Refere-se ao material de apoio logístico para a realização do trabalho: lápis, pastas, canetas, pranchetas, disquetes, bonés, camisetas, crachás etc, no valor de R$ 35.031,86.

[1] Cálculo feito com base em 10 horas de trabalho semanal, no valor de R$ 40,00 a hora.
[2] Cálculo feito com base em 07 horas semanais, no valor de R$ 40,00 a hora.
[3] Cálculo feito com base em 25 horas, no valor de R$ 40,00 a hora.
[4] Cálculo feito com base em 11 horas de trabalho semanal, no valor de R$ 40,00 a hora

QUADRO RESUMO 01 + 02 + 03

Itens	R$ 1,00
Pessoal	50.760,00
Publicação da proposta curricular	6.200,00
Material de consumo	35.031,86
TOTAL	91.991,86

Contrapartida da Secretaria Executiva da Educação

Pessoal (equipe interna)

Além da equipe externa indicada acima, foi constituída uma equipe interna de trabalho com a seguinte composição: coordenação da gerência responsável pelo minicenso, um representante por nível e modalidade de ensino, um supervisor regional.

Material

1) Impressão dos questionários;

2) Material de divulgação;

3) Infra-estrutura e apoio (computadores, impressoras, carro, fone/fax, etc.).

Material Técnico Utilizado

A equipe da coordenação e execução dos trabalhos utilizou os mapas censitários do IBGE. Para o levantamento de indicadores educacionais foi tomado como referências o censo educacional de 2000.

10 - APRECIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Pelo material elaborado, resultados alcançados em termos de diagnóstico, pela seriedade e profissionalismo como foi desenvolvido o trabalho e pelos indicativos resultantes do processo, com a geração de uma gama de informações que poderão ser utilizados na SEE do município, acreditamos que a experiência foi muito proveitosa para a administração da Educação. Ressaltamos que o trabalho realizado pela SEE constitui um exemplo de decisão política, disponibilidade, realismo e os indicativos apresentados para a educação do município revelam um grau de qualidade muito elevada.

QUESTIONÁRIO

HOMENS =
MULHERES =

Número	Têm outros

1) IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Logradouro/Localidade				1.2 - Número do domicílio
1.3 - Dependência ou Complemento	1.4 - Região Administrativa	1.5 - Setor	1.6 - Quadra	1.7 - Face

2) PERFIL EDUCACIONAL DOS MORADORES

1ª PESSOA-NOME:
2.1. Sexo: 1. ( ) Masculino 2. ( ) Feminino

2.2. Idade:_____anos

2.3. Data de Nascimento: _____/_____/_____

2.4. Estado Civil:
1. ( ) Solteiro(a) 2. ( ) Casado(a) 3. ( ) Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente
4. ( ) Divorciado(a) 5. ( ) Viúvo(a) 6. ( ) Vive maritalmente

2.5. Ocupação
1. ( ) Setor Formal (carteira assinada) 2. ( ) Setor Informal 3. ( ) Não trabalha

2.6. Religião: 1. ( ) Católica 2. ( ) Protestante 3. ( ) Espírita 4. ( ) Nenhuma 6. ( ) Outras

2.7. Qual a posição da pessoa no domicílio
1. ( ) Pessoa responsável pelo domicílio 4. ( ) Outro Parente 7. ( ) Empregado(a) doméstico(a)
2. ( ) Cônjuge, companheiro(a) 5. ( ) Agregado 8. ( ) Parente do(a) empregado(a) doméstico (a)
3. ( ) Filho(a), Enteado(a) 6. ( ) Pensionista 9. ( ) Individual ou coletivo

2.8 Recebe benefício de algum programa governamental?
1. ( ) Bolsa-escola 5. ( ) Egressos do Peti
2. ( ) Bolsa-alimentação 6. ( ) Ação Cidadania
3. ( ) Peti rural 7. ( ) Não recebe nenhum benefício
4. ( ) Peti urbano

2.9 Sabe ler e escrever?
1. ( ) Lê e escreve 2. ( ) Apenas lê 3. ( ) Apenas escreve 4. ( ) Não lê nem escreve

Continua >>

CONTINUAÇÃO

PARA A PESSOA QUE FREQÜENTA A ESCOLA

2.10 Freqüenta escola ou creche? Qual rede?

1. ( ) Sim, particular do Município
2. ( ) Sim, particular de outro município
3. ( ) Sim, municipal do Município
4. ( ) Sim, Municipal de outro município
5. ( ) Sim, estadual do Município
6. ( ) Sim, estadual de outro Município
7. ( ) Sim, comunitária do Município
8. ( ) Sim, comunitária de outro Município
9. ( ) Sim, filantrópica do Município
10. ( ) Sim, filantrópica de outro Município
11. ( ) Sim, federal de ensino

SIGA QUESTÃO 2.11

12. ( ) Não, já freqüentou SIGA QUESTÃO 2.19
13. ( ) Nunca freqüentou SIGA QUESTÃO 2.25

2.11 Qual a escola e localidade que estuda?

Nome da Escola:

Localidade:

2.12 Qual o motivo da escolha por esta escola?

1. ( ) Proximidade
2. ( ) Boa qualidade de ensino
3. ( ) Custo menor
4. ( ) Conhece a direção e professores
5. ( ) Instalações físicas
6. ( ) Participa da vida da escola
7. ( ) Atividade extra-ensino
8. ( ) Ausência de outra escola
9. ( ) Segurança
10. ( ) Outro
11. ( ) Não sabe

2.13 Qual a modalidade de ensino que freqüenta?

1. ( ) Educação infantil creche
2. ( ) Educação infantil Pré-escolar
3. ( ) Educação infantil alfabetização
4. ( ) Educação de jovens e adultos alfabetização
5. ( ) Educação de jovens e adultos 1º segmento
6. ( ) Educação de jovens e adultos 2º segmento
7. ( ) Ensino fundamental - 1a a 4a série
8. ( ) Ensino fundamental - 5a a 8a série
9. ( ) Ensino médio
10. ( ) Exame supletivo (ensino fundamental)
11. ( ) Exame supletivo (ensino médio)
12. ( ) Pré-vestibular
13. ( ) Superior - Graduação
14. ( ) Superior - Especialização
15. ( ) Superior - Mestrado
16. ( ) Superior Doutorado

2.14 Qual a série que freqüenta?

1. ( ) Primeira
2. ( ) Segunda
3. ( ) Terceira
4. ( ) Quarta
5. ( ) Quinta
6. ( ) Sexta
7. ( ) Sétima
8. ( ) Oitava
9. ( ) Não seriada

2.15 Qual o turno que estuda?

1. ( ) Manhã
2. ( )Tarde
3. ( ) Noite
4. ( ) Intermediário
5. ( ) Integral
6. ( ) Não sabe

Continua >>

CONTINUAÇÃO

2.16 Tem algum tipo de deficiência?
1. ( ) Sim (SIGA PARA O QUESITO 2.17)
2. ( ) Não (ENCERRE A ENTREVISTA)

2.17 Qual o tipo de deficiência que possui?
1. ( ) Visual
2. ( ) Auditiva
3. ( ) Física
4. ( ) Mental
5. ( ) Deficiência Múltipla
6. ( ) Superdotado
7. ( ) Portador de conduta atípica
8. ( ) Outra

2.18 Está estudando?
1. ( ) Em turma regular sem atendimento especial
2. ( ) Em turma regular com atendimento especial
3. ( ) Em classe especial

(ENCERRE A ENTREVISTA)

NÃO FREQÜENTA A ESCOLA, MAS JÁ FREQÜENTOU

2.19 Qual o motivo por que deixou a escola?
1. ( ) Idade
2. ( ) Doença
3. ( ) Deficiência física
4. ( ) Gravidez
5. ( ) Trabalho
6. ( ) Falta de escola
7. ( ) Distância da escola
8. ( ) Falta de vagas
9. ( ) Não gosta da escola
10. ( ) Não gosta da professora
11. ( ) Desinteresse
12. ( ) Concluiu
13. ( ) Proibição
14. ( ) Custo
15. ( ) Repetência
16. ( ) Casamento
17. ( ) Outro
18. ( ) Não sabe

2.20 Qual a modalidade de ensino que freqüentou mais elevada, no qual concluiu pelo menos uma série?
1. ( ) Educação infantil creche
2. ( ) Educação infantil Pré-escolar
3. ( ) Educação infantil alfabetização
4. ( ) Educação de jovens e adultos alfabetização
5. ( ) Educação de jovens e adultos 1º segmento
6. ( ) Educação de jovens e adultos 2º segmento
7. ( ) Ensino fundamental 1a a 4a série
8. ( ) Ensino fundamental 5a a 8a série
9. ( ) Ensino médio
10. ( ) Exame supletivo (ensino fundamental)
11. ( ) Exame supletivo (ensino médio)
12. ( ) Pré-vestibular
13. ( ) Superior - Graduação
14. ( ) Superior - Especialização
15. ( ) Superior - Mestrado
16. ( ) Superior Doutorado

2.21 Qual a série do curso mais elevado concluída?
1. ( ) Primeira
2. ( ) Segunda
3. ( ) Terceira
4. ( ) Quarta
5. ( ) Quinta
6. ( ) Sexta
7. ( ) Sétima
8. ( ) Oitava
9. ( ) Não seriada

2.22 Tem algum tipo de deficiência?
1. ( ) Sim (SIGA PARA O QUESITO 2.27)
2. ( ) Não (ENCERRE A ENTREVISTA)

Continua >>

CONTINUAÇÃO

2.23 Qual o tipo de deficiência que possui?
1. ( ) Visual
2. ( ) Auditiva
3. ( ) Física
4. ( ) Mental
5. ( ) Deficiência Múltipla
6. ( ) Superdotado
7. ( ) Portador de conduta atípica
8. ( ) Outra

2.24 Qual o tipo de atendimento que recebe?
1. ( ) Atendimento de Programas governamentais
2. ( ) Atendimento de organização não governamental
3. ( ) Atendimento de instituição filantrópica
4. ( ) Atendimento de instituição religiosa
5. ( ) Não recebe nenhum atendimento especial

(ENCERRE A ENTREVISTA)

PARA A PESSOA QUE NUNCA FREQÜENTOU ESCOLA

2.25 Motivo por que nunca freqüentou a escola
1. ( ) Idade
2. ( ) Doença
3. ( ) Deficiência física
4. ( ) Trabalho
5. ( ) Distância da escola
6. ( ) Falta de escola
7. ( ) Proibição
8. ( ) Outro
9. ( ) Não sabe

2.26 Tem algum tipo de deficiência?
1. ( ) Sim(SIGA PARA O QUESITO 2.27)
2. ( ) Não (ENCERRE A ENTREVISTA)

2.27 Qual o tipo de deficiência que possui?
1. ( ) Visual
2. ( ) Auditiva
3. ( ) Física
4. ( ) Mental
5. ( ) Deficiência Múltipla
6. ( ) Superdotado
7. ( ) Portador de conduta atípica
8. ( ) Outra

2.28 Qual o tipo de atendimento que recebe?
1. ( ) Atendimento de Programas governamentais
2. ( ) Atendimento de organização não-governamental
3. ( ) Atendimento de instituição filantrópica
4. ( ) Atendimento de instituição religiosa
5. ( ) Não recebe nenhum atendimento especial

ENCERRE A ENTREVISTA, PASSE PARA O PRÓXIMO MORADOR DO DOMICÍLIO

MANUAL DE INSTRUÇÃO PARA OS RECENSEADORES

PREENCHIMENTO DOS QUESTIONÁRIOS

A. Caderneta do Setor

Caberá ao Recenseador escrever o seu nome e assinar no local específico, como também colocar as datas de início e término da coleta do seu setor.

B. Questionário da contagem da população

Em cada domicílio particular ocupado, serão preenchidos tantos questionários quantos forem necessários para o registro dos moradores.

Nos Domicílios Coletivos será preenchido:

Um questionário para cada pessoa ou componente de grupo convivente ainda que, neste caso, ocupem a mesma unidade de habitação, registrando-se todos os componentes de cada família.

Os Questionários da Contagem da População estão divididos em dois blocos. O primeiro contém campos de identificação e controle do preenchimento, incluindo os quesitos de número "1.1" a "1.7". O segundo bloco que trata do perfil educacional dos moradores compreende os quesitos de número "2.1" a "2.28". Faz parte também da identificação, a quantidade de homens e mulheres que existem no domicílio. Este campo de preenchimento encontra-se na primeira página do questionário, acima da identificação.

O preenchimento será efetuado de acordo com as instruções que se seguem.

MODO DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Siga corretamente as instruções contidas no questionário. Alguns campos são de preenchimento obrigatório e quando preenchidos deverão obedecer à seqüência indicada no questionário. Qualquer dúvida sobre o preenchimento, recorra a este Manual. Preencha em letra de fôrma e legível os campos alfabéticos.

NOTA: É obrigatório o preenchimento dos campos do 2º Bloco de "2.1" à "2.10".

PRIMEIRO BLOCO

Campo **"Homens"** (preenchimento obrigatório). Colocar o número de homens do domicílio. Colocar zeros se não tiver homens no domicílio.

Campo **"Mulheres"** (preenchimento obrigatório). Colocar o número de mulheres do domicílio. Colocar zeros se não tiver mulheres no domicílio.

Campo **"Número do Questionário"** (preenchimento obrigatório). Colocar o número do questionário, seqüencialmente a partir do número "1A" para o primeiro domicílio, "2A" para o segundo, "3A" para o terceiro e assim sucessivamente até o último número correspondente ao último domicílio a ser registrado no seu setor.

1.1-Logradouro/Localidade(preenchimento obrigatório). Registre a categoria e o nome do mesmo.

Logradouro

Ex: Avenida a, Rua b, Praça c, beco d, etc.

Registre o nome pelo qual é conhecido o local ou a região onde está situado o logradouro.

Localidade

Ex: Alto dos Índios Ponte dos Carvalhos

Na ausência de uma das duas denominações, dá-se a preferência ao registro do nome do logradouro. E na falta destes, use registros que permitam a identificação do lugar onde estão situadas as unidades visitadas.

1.2 - Número do domicílio (campo de preenchimento obrigatório). Nesse campo será posto o número do domicílio. Caso não tenha, é bom colocar o número dado pela Fundação Nacional de Saúde, que está no papel atrás da porta, registre conforme o caso: o número do prédio no logradouro:

a) O primeiro e o último número, separados por uma barra (ex: 37/43), se o prédio tiver mais de um número;

b) O número da entrada que identifica o conjunto das casas na vila particular ou avenida;

c) Um único número para o estabelecimento constituído de vários prédios, como quartel, hospital, fábrica, etc.;

d) O número da entrada principal dos prédios que ocupem uma quadra inteira ou dêem fundos para outros logradouros;

e) Um único número para edifício de apartamentos ou casa de cômodos; e,

f) S/N, se o prédio não tiver numeração.

Para os domicílios localizados em embarcações, veículos, barracas, tendas, etc., não serão efetuados registros neste quesito devendo ser preenchidos com um traço (-).

1.3 - Dependência ou complemento (caso não tenha, colocar traço). Muitas casas estão situadas nos fundos, outras no lado direito ou esquerdo da principal, outras são Bloco A. Nesses casos, colocar esses complementos

descritos, como por exemplo: apto. 101, grupo 202, sala 17, térreo, sobrado, fundos, etc. No caso de vilas particulares ou avenidas, registre o indicador do complemento (ex.: casa 1 / apto. 101, casa 3 / fundos, etc), quando não houver informação, preencher com traço (-).

1.4 - Região Administrativa (preenchimento obrigatório). É o número da regional informada na Caderneta do Setor, e corresponde a área onde se encontra o setor que você vai fazer a pesquisa. Todos os questionários terão o mesmo número se pertencerem a mesma regional.

1.5 - Setor (preenchimento obrigatório). É o número do seu setor censitário, definido na Caderneta do Setor, no mapa e na descrição do setor. Todos os questionários referentes ao mesmo setor terão o mesmo número.

1.6 e 1.7 - Quarteirão ou quadra e face (caso não tenha, colocar traço). Seu setor será dividido em quarteirões, e os quarteirões em faces, para facilitar o trabalho. Só deverá começar outro quarteirão quando tiver concluído o quarteirão anterior. Caso não seja possível definir uma numeração como nos casos de aglomerados e setores rurais, o recenseador deverá colocar traços (- -) nestes campos. Registre o número do quarteirão e da face, de acordo com a identificação no mapa do setor. Quando não houver numeração do quarteirão e face, registre (-).

SOBRE OS MORADORES

NOTA: É obrigatório o preenchimento dos campos do 2º Bloco de "2.1" à "2.10".

A ordem de registro dos moradores no questionário deverá obedecer à seguinte seqüência: primeiro, o responsável pelo domicílio; depois, o cônjuge ou companheiro(a) (se houver); depois, filho(s) (se houver), e assim sucessivamente.

2 - Nome - (campo de preenchimento obrigatório). Escreva o nome do morador - procure escrever legível e com letra de fôrma.

2.1 - Sexo - Marcar o campo correspondente ao sexo do morador.

2.2 - Idade - Anotar a idade do morador até a data de referência. Para as pessoas com menos de um ano de idade, colocar "00" (dois zeros).

2.3 - Data de nascimento - Preencher com o mês e ano de nascimento do entrevistado. Lembrando que os nascidos após a data de referência não farão parte deste minicenso, todavia os falecidos após esta data deverão ter os seus dados computados.

2.4 - Estado Civil - Ler todas as alternativas e marcar a que o morador responder.

2.5 -Ocupação - Assinalar setor formal quando o morador trabalhar com carteira profissional assinada; assinalar setor informal quando trabalhar sem vínculo empregatício (autônomos, ambulantes, biscateiros), etc. e assinalar não trabalha quando o entrevistado afirmar que não executa nenhum tipo de trabalho.

2.6 - Religião - Ler todas as alternativas e marcar a que o morador responder.

2.7 - Qual a posição da pessoa no domicílio - O morador dirá sua posição no domicílio, correspondente a:

1. Pessoa responsável - pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicilio;

Atenção: "Deverá ser sempre a primeira pessoa a ser registrada no questionário".

2. Cônjuge - pessoa (homem ou mulher) que vive conjugalmente com o chefe do domicílio, existindo ou não vínculo matrimonial;
3. Filho(a): inclusive filho adotivo ou filho de criação;
4. Outro parente: sobrinho, tio, primo, pai, mãe, etc., inclusive só do cônjuge;
5. Agregado(a): pessoa que tem residência fixa no domicílio, sem ser parente, pensionista, empregado(a) doméstico(a) ou parente do empregado(a), sem pagar hospedagem;
6. Pensionista: pessoa que, sem ser parente, tem residência fixa no domicílio, pagando hospedagem;
7. Empregado(a) doméstico(a): pessoas que presta serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio;
8. Parente do(a) empregado(a) doméstico(a): pessoa que é parente do(a) empregado(a) doméstico(a);
9. Individual em coletivo: nos casos das pessoas que moram em hotéis, pousadas, pensionatos, quartéis, etc.

2.8 - Recebe benefício de algum programa governamental? - Ler todas as alternativas e marcar a que o morador responder. (lembrar da data de referência, só colocar se a pessoa recebeu algum benefício até a referida data.).

2.9 - Sabe ler e escrever? - Ler todas as alternativas e marcar a que o morador responder.

2.10 Freqüenta escola ou creche? Qual rede de ensino? - Se a resposta se incluir nos itens de 1 a 11, seguir o questionário na seqüência com o quesito "2.11" (Nome da Escola e Localidade) e preencher obrigatoriamente os quesitos "2.11" à "2.16". Se a resposta for o item 12, seguir para o quesito "2.19" - (Qual o motivo por que deixou a escola?) e preencher obrigatoriamente os quesitos "2.19" à "2.22". Se a resposta for o item 13, seguir para o quesito "2.25" (Qual o motivo por que nunca freqüentou a escola?) e preencher obrigatoriamente os quesitos "2.25" e "2.26".

NOTA: Os campos "2.11" à "2.16" são de preenchimento obrigatório para as pessoas que estão estudando.

2.11 - Qual a escola e localidade em que estuda? Coloque o nome da escola, endereço e a localidade da escola onde a pessoa estuda. (Não precisa colocar o número do prédio da escola).

2.12 - Qual o motivo da escolha desta escola? Ler todas as alternativas e assinalar o motivo principal porque

o entrevistado escolheu a escola em que estuda.

2.13 - Qual o tipo e a modalidade de ensino que freqüenta? Assinalar a resposta do entrevistado. Este quesito refere-se apenas aos moradores que estão freqüentando a escola, nesse caso, colocar a situação do morador em relação a data de referência, ou seja, o tipo ou a modalidade de ensino que o morador freqüentou no ano de_____.

2.14 - Qual a série que freqüenta? Assinalar a resposta do entrevistado, também em referência ao campo anterior.

2.15 - Qual o turno que estuda? Assinalar a resposta do entrevistado, também em relação ao campo "2.13".

2.16 - Tem algum tipo de deficiência? Assinalar a resposta do entrevistado. Se a resposta for "SIM", seguir com o quesito "2.17" e preencher obrigatoriamente os quesitos "2.17" e "2.18", encerrando a entrevista e passando para o próximo morador. Se a resposta for "NÃO", encerrar a entrevista com o morador e passar para o próximo morador do domicílio.

2.17 - Qual o tipo de deficiência que possui? Ler todas as alternativas e marcar a que o entrevistado responder.

2.18 - Está estudando? Esta questão refere-se ao portador de algum tipo de deficiência que está estudando. Assinalar a resposta dada pelo entrevistado e encerrar a entrevista com o morador. Passar para o próximo morador do domicílio.

PARA A PESSOA QUE NÃO FREQÜENTA A ESCOLA, MAS QUE JÁ FREQÜENTOU?

NOTA: Os campos "2.19" à "2.22" são de preenchimento obrigatório, para as pessoas que não estão freqüentando a escola, mas já freqüentaram.

2.19 - Qual o motivo por que deixou a escola? Ler todas as alternativas e marcar a que o entrevistado responder.

2.20 - Qual o tipo ou modalidade de ensino que freqüentou mais elevada, no qual concluiu pelo menos uma série? Assinalar a resposta do entrevistado.

2.21 - Qual a série do curso mais elevado, concluída com aprovação? Assinalar a resposta do entrevistado.

2.22 - Tem algum tipo de deficiência Assinalar a resposta do entrevistado. Se a resposta for "SIM", seguir com o quesito "2.23" e preencher obrigatoriamente os campos "2.23" e "2.24", encerrar a entrevista e passar para o próximo morador. Se a resposta for "NÃO", encerrar a entrevista e passar para o próximo morador.

2.23 - Qual o tipo de deficiência que possui? Assinalar a resposta do entrevistado.

2.24 - Qual o tipo de atendimento que recebe? Ler todas as alternativas e marcar a que o entrevistado responder. Encerrar a entrevista e passar para o próximo morador.

PARA A PESSOA QUE NUNCA FREQÜENTOU ESCOLA

2.25 - Motivo por que nunca freqüentou a escola - Ler todas as alternativas e marcar a que o entrevistado responder.

2.26 - Tem algum tipo de deficiência? Assinalar a resposta do entrevistado. Se a resposta for "SIM", seguir com o quesito "2.27" e preencher obrigatoriamente os quesitos "2.27" e "2.28", encerrar a entrevista e passar para o próximo morador. Se a resposta for "NÃO", encerrar a entrevista com o morador e passar para o próximo morador do domicílio.

2.27 - Qual o tipo de deficiência que possui? Assinalar a resposta do entrevistado.

2.28 - Qual o tipo de atendimento que recebe? Ler todas as alternativas e marcar a que o entrevistado responder. Encerrar a entrevista com este morador e passar para o próximo morador do domicílio.

APÊNDICE D
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MINICENSO EDUCACIONAL REALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARACAJU - SE*

1 - INTRODUÇÃO

O Programa de Atendimento Integral às Escolas - PAIE, iniciado no ano 2000, coordenado pelo Ministério Público do Estado de Sergipe e desenvolvido em parceria com as Secretarias de Educação do Estado de Sergipe e do Município de Aracaju, tem como uma das suas ações a realização do minicenso educacional nos bairros de Aracaju, que objetiva localizar crianças e/ou adolescentes, na faixa etária de 0 a 18 anos, fora da escola, sem Certidão de Nascimento e que necessitem de atendimento especial, em função de uma deficiência auditiva, visual, mental ou múltipla.

Os resultados apurados são levados ao conhecimento de Órgãos e Instituições, que poderão utilizá-los para subsidiar o seu planejamento, possibilitando o redirecionamento de algumas ações e/ou gerando novos procedimentos que venham a contribuir para a formação de uma sociedade justa e igualitária, onde a oportunidade de acesso à escola se constitua efetivamente um direito de todos.

2 - OBJETIVO GERAL

Identificar crianças e/ou adolescentes fora da escola, que não possuam certidão de nascimento e/ou necessitem de atendimento especial.

3 - ÂMBITO DA PESQUISA

O Bairro de Santa Maria, localizado ao lado do aeroporto de Aracaju, em área de grande extensão em pleno crescimento habitacional, foi escolhido como campo de pesquisa para operacionalização do minicenso educacional realizado pelo Ministério Público do Estado de Sergipe e seus parceiros, nos dias 30 e 31 de outubro de 2003.

A escolha da área deu-se em audiência pública coordenada pela Promotoria de Justiça dos Direitos à Educação e Saúde e foi antecedida de várias outras discussões ocorridas em audiências anteriores.

A situação geográfica aliada à ocupação desordenada do bairro constituiu-se nas maiores dificuldades para concretização da pesquisa. Estas, no entanto foram superadas, face ao interesse e grau de responsabilidade dos envolvidos no evento.

*Elaboração de Clodoaldo José de Almeida Souza, com a participação do Dr. Orlando Rochadel Moreira (Ministério Público Estadual); Maria Selma Siqueira de Carvalho (Secretaria Estadual da Educação de Sergipe-SE); Ivanete dos Santos (Secretaria Municipal de Educação)

A pesquisa de campo foi orientada e fundamentada no mapa geral do bairro e nos mapas de setor fornecidos pelo IBGE e apresentou, segundo a situação de domicílio, a configuração seguinte:

- 26 setores
- 7.157 Unidades, sendo:
- 4.530 residências visitadas;
- 1.672 residências fechadas;
- 493 residências vagas;
- 462 não residenciais.

4 - COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos são Coordenados por uma equipe operacional e acontecem na sede da Diretoria Regional conforme decisão acordada entre a Promotoria do Estado e a Secretaria Estadual de Educação.

Do Minicenso

Uma escola sede para o trabalho do minicenso é sempre escolhida entre a Secretaria de Estado da Educação e o Ministério Público, como ponto de apoio aos trabalhos.

Coordenação Operacional

A Coordenação operacional é constituída por técnicos selecionados dentre as Diretorias da Secretaria Estadual de Educação e do Fórum do Ministério Público.

Coordenações Setoriais

As equipes são compostas por entrevistadores e coordenadores setoriais, sendo selecionados para essa coordenação: professores, técnicos e membros do Conselho Tutelar das escolas envolvidas no minicenso.

Os entrevistadores são selecionados dentre agentes de saúde, líderes das Associações Comunitárias e técnicos da Secretaria Estadual e Municipal de Educação, membros do Conselho Tutelar, alunos dos Ensinos Fundamental e Médio - a partir de 16 (dezesseis) anos de idade, portando autorização oficial dos pais ou responsáveis para a sua participação no minicenso - e de professores das escolas envolvidas.

5 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENTREVISTA E/OU COLETA DE DADOS

Treinamento

O treinamento objetivando preparar os entrevistadores responsáveis pela pesquisa de campo no Bairro

Santa Maria ocorreu no dia 30 de outubro de 2003, no Colégio Estadual Governador Albano Franco, unidade de ensino que, através dos seus profissionais, sediou, com competência, no dia 31 do mês e ano já citados, o trabalho de cobertura da área selecionada.

Os entrevistadores distribuídos por setor de cobertura e sob a orientação dos respectivos coorde-nadores receberam as instruções para a concretização da pesquisa, contado com o seguinte material:

- Cobertura de Setor:
  1- Setor Censitário.
  2 - Conceito de Domicílio.
- Folha de Coleta e Listagem Complementar com suas respectivas instruções gerais de preenchimento.
- Folha de Exercícios.

Coleta de Dados

Objetivando quantificar e localizar crianças e/ou adolescentes fora da sala da aula no Bairro Santa Maria, a partir das 09:00h do dia 31 de outubro de 2003, os entrevistadores devidamente treinados, identificados, portando os mapas dos seus setores censitários e os instrumentos de coleta de dadas foram conduzidos a campo, sob a supervisão dos seus respectivos coordenadores, com o auxílio do transporte para o deslocamento necessário.

Concretizada a pesquisa de campo, os responsáveis retornaram ao Colégio Estadual Governador Albano Franco, sede dos trabalhos, e após lancharem foram liberados.

O material utilizado para cobrir a área selecionada foi composto de:

- Mapas de Setor e respectivas descrições;
- Folha de Coleta;
- Listagem Complementar.

6 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada no minicenso dos bairros de Aracaju será levada para o interior do Estado, está baseada na delimitação por setores, quarteirões e faces, conforme mapa fornecido pelo IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

No interior do Estado o trabalho será realizado nos povoados do município e na zona rural, devido às dificuldades operacionais e a não existência de mapas específicos para os procedimentos necessários, será utilizada metodologia diversa da que será aplicada na sede do município: a execução do trabalho será por sítio e propriedade rural.

7 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho é organizado com o apoio do IBGE que fornece os mapas dos bairros, faz o treinamento dos coordenadores setoriais. Os recenseadores que realizam o trabalho são voluntários, alunos do ensino médio com idade superior a 16 anos, e que para realizar o minicenso passam por um treinamento no dia anterior a realização da pesquisa, tendo como base o instrumento e o reconhecimento das ruas onde serão aplicados os questionários. A pesquisa é realizada sempre às sextas-feiras, no horário das 08 às 14 horas. Após o trabalho, os questionários são recolhidos pelos coordenadores que fazem a revisão.

8 - CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

O trabalho é iniciado com uma audiência pública convocada pelo Ministério Público do Estado, que na ocasião com os participantes escolhem os bairros com 40 dias de antecedência. Para essa audiência, são convidados os órgãos dos governos estaduais e municipais. Depois da audiência, o IBGE prepara os mapas dos bairros com a identificação das ruas. Na própria audiência são indicados os coordenadores para o trabalho, que são escolhidos nos órgãos públicos e nas escolas. A partir daquela data inicia-se o processo de divulgação nos bairros. Finalmente, são definidas as escolas de apoio em cada bairro, onde o material é armazenado e distribuído no dia da pesquisa. Por fim, tem início o processo de seleção dos recenseadores e posteriormente é definida o dia do minicenso e o treinamento dos recenseadores.

9 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO MINICENSO EDUCACIONAL

O minicenso realizado no Estado de Sergipe tem apresentado como resultado a identificação do nome da criança, endereço, nome do pai ou responsável e o número de criança fora da escola, número de pessoas que não possuem certidão de nascimento e/ou necessitem de atendimento especial.

Após a conclusão da apuração do minicenso os resultados são enviados aos órgãos públicos estaduais e municipais, principalmente para a secretaria estadual e municipal de educação. Neste expediente é ressaltado o número de crianças fora da escola no bairro onde foi realizado o minicenso.

No caso do não atendimento da criança em tempo hábil, a escola é notificada para que providencie reserva da matrícula para a criança no próximo exercício.

10 - DESPESAS REALIZADAS

Como o trabalho é realizado com forte apoio de parcerias para todas as atividades (transporte, água, lanche e material de apoio), os coordenadores responsáveis pela execução não dispõem dos custos organizados e

sistematizados. Calcula-se que nas cidades do interior este custo varie entre R$ 12.000,00 e R$ 15.000,00.

11 - MATERIAL TÉCNICO UTILIZADO

Mapas do IBGE.

12 - APRECIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O trabalho realizado pelo Ministério Público do Estado de Sergipe tem atendido aos objetivos do minicenso, quando tem identificado as crianças fora da sala de aula por faixa etária segundo os bairros pesquisados, retratando inclusive a situação de domicílio encontrado, a identificação das pessoas que não possuem certidão de nascimento e/ou necessitam de atendimento especial. Por outro lado, como forma de acompanhar e controlar a evasão dos alunos nas escolas, foi criada com base na experiência do Rio Grande do Sul, uma ficha denominada Ficai - Ficha de Comunicação do Aluno Infreqüente, cujo objetivo é constatar e identificar o aluno que faltou reiteradamente no período de uma semana, para que a direção da escola possa entrar em contato com os pais ou responsáveis, no prazo de 24 horas, para esclarecer as razões das faltas.

No trabalho coordenado pelo Ministério Público, um aspecto que faz a diferença no dia da pesquisa, é a presença no bairro da Defesa Civil, Corpo de Bombeiro, Polícia Civil, Secretaria de Saúde e Educação, que dão cobertura ao trabalho dos estudantes, coibindo qualquer evidência e/ou suspeita que possa interferir no trabalho.

APÊNDICE E
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MINICENSO EDUCACIONAL REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE - PE*

1 - INTRODUÇÃO

A partir do entendimento de que a educação é um dos problemas mais graves de nosso país, e conseqüentemente do município, e de que as soluções pensadas para resolvê-los precisavam ser construídas a partir do conhecimento mais detalhado de seus aspectos cotidianos, é de que foi planejado e realizado o minicenso educacional no Município de Camaragibe PE, no ano de 1997.

Para que a escola possa assumir a função social que dela esperamos, faz-se necessário reconstruí-la segundo uma nova orientação e uma nova prática. É preciso compreender a fundo os seus problemas, identificar suas falhas, entraves e conquistas, juntamente com aqueles que a compõe no dia a dia. Para construir essa nova escola que queremos, o minicenso educacional se constituiu em uma ação prévia e em um instrumento importante para a elaboração do diagnóstico concreto da situação educacional, que precisa ser conhecida para poder ser transformada.

Assim, o minicenso educacional, realizado pela Secretaria de Municipal de Educação de Camaragibe, durante o ano de 1997, foi entendido naquele momento como um marco para o desenvolvimento das ações que estavam sendo realizadas.

Os desafios para a sua realização só foram vencidos graças ao trabalho e à determinação de todos os atores sociais de Seced-cg que contribuíram para a sua concretização, à colaboração do povo de Camaragibe, bem como ao apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef, aliado desta e de muitas outras ações.

Para construir os sonhos, a equipe técnica entendeu que é preciso superar a exclusão social da maioria da população em todos os níveis e, principalmente, a exclusão à educação, instrumento fundamental para que o cidadão se insira no mundo e o leia criticamente.

2 - OBJETIVOS DO TRABALHO

2.1 Objetivo Geral

- Cadastrar a população escolar do município.

* Elaboração de Clodoaldo José Almeida Souza, com a participação Edna Garcia Pessoa e Daniel Carneiro Nascimento (Secretaria Municipal de Camaragibe - PE)

2.2 Objetivos Específicos:

- Identificar a população atendida, a reprimida e a potencial;
- Localizar a população escolar nas regiões do município;
- Estabelecer um parâmetro entre a demanda e a oferta de vagas.

3 - COORDENAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho foi coordenado por uma equipe multidisciplinar composta por 01(uma) assessora para elaboração do questionário, análise das informações e coordenação da capacitação dos recenseadores; 01(um) coordenador dos serviços de recenseamento; 03(três) supervisores dos serviços de recenseadores; 23(vinte e três) recenseadores estudantes cursando o ensino médio e 3º grau, com experiência em pesquisa; uma equipe base de 03 (três) técnicos da Secretaria Municipal de Educação. Os recenseadores foram convidados por anúncios divulgados na imprensa escrita, falada e televisada. Dentre os critérios estabelecidos para a seleção dos estudantes foi priorizado que os mesmos deveriam estar cursando o ensino médio ou universitário, residir no município e ter disponibilidade de tempo. A divulgação do trabalho do minicenso foi feita em vários locais com cartazes, anúncios e faixas.

4 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENTREVISTA E OU COLETA DOS DADOS

A coordenação Técnica do Trabalho foi realizada por uma assessora e equipe de supervisores que selecionaram os recenseadores, realizaram o acompanhamento e controle dos trabalhos, verificando a qualidade e o preenchimento dos formulários junto às residências. Quando ocorriam problemas com os questionários, os mesmos eram reaplicados sob a coordenação do supervisor de área, que neste caso acompanhava o recenseador até as residências, o que em geral acontecia dentro da mesma semana de trabalho da pesquisa.

5 - METODOLOGIA APLICADA

5.1 Estratégia

- Mobilização da sociedade, por meio de cartazes, faixas e anúncios em carro de som;
- Aplicação de questionário e realização de entrevistas, o que foi em cada residência;
- Análise das informações;
- Divulgação dos resultados.

6 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE ÁREAS

O município está organizado em regionais administrativas, tomando em consideração duas referências principais: o município como um todo e as cinco regiões administrativas, ressaltando que o município não tem zona rural.

O trabalho foi realizado em todas as regiões administrativas do município.

7 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho foi desenvolvido em diversas fases:

- Divulgação do minicenso;
- Elaboração dos questionários;
- Seleção dos recenseadores;
- Capacitação dos recenseadores;
- Teste dos instrumentais;
- Cadastramento da população;
- Revisão dos instrumentos;
- Operação dos dados;
- Digitação e análise dos dados;
- Impressão dos dados;
- Publicação dos resultados.

8 - CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

8.1 Cronograma

Atividade	Período
Capacitação dos recenseadores	30/06 a 04/07/97
Cadastramento nas regiões IV e V	07 a 11/07/97
Cadastramento nas regiões II e III	14 a 18/07/97
Cadastramento na região I	21 a 31/07/97
Análise dos dados, redação, digitação, revisão do texto	01 a 15/08/97
Publicação dos resultados	18 a 29/08/97

9 - UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS DO MINICENSO EDUCACIONAL

A divulgação, de forma sistemática, dos resultados do minicenso educacional representou um momento de grande alegria, pois significa que o sonho está se tornando realidade a partir de cada ação. Este processo realizado no município favoreceu a construção de um modelo social mais solidário, tomando a escola como um espaço de construção social e de divulgação do saber, uma ferramenta indispensável no processo educativo.

O minicenso educacional realizado em 1997 demonstrou várias evidências e detectou um quadro de realidade da educação no município, os quais ressaltamos:

- Do total da população 111.945 habitantes, 46.197 são crianças, jovens e adolescentes de 0 a 19 anos, dos quais 32.991 estudam e 13.206 não freqüentam a escola;
- 37% da população estavam matriculados na 1ª e 4ª série;
- A taxa de escolarização bastante positiva na faixa etária dos 7 aos 10 anos é de 94%;
- A taxa de escolarização do ensino fundamental por região por faixa etária foi a seguinte:

REGIÃO	IDADE DE 07 A 10	IDADE DE 11 A 14
Região I	96%	95%
Região II	92%	93%
Região III	97%	96%
Região IV	94%	92%
Região V	90%	90%

- Acesso da População à Escola, segundo as Regiões - alunos na faixa etária de 0 a 19 anos revelam que:

REGIÃO	IDADE DE 07 A 10	IDADE DE 11 A 14
Região I	74%	26%
Região II	69%	31%
Região III	78%	22%
Região IV	70%	30%
Região V	63%	37%

As análises dos quadros anteriores apresentam índices positivos quanto a escolarização e o acesso da população à escola, principalmente, quanto ao ensino fundamental (1ª a 8ª séries).

Os resultados da análise do minicenso deixam claro que não adianta apenas manter a criança e o adolescente na escola, mas é fundamental que a sua permanência seja marcada por uma trajetória de sucesso e não de fracasso. Para isso, é preciso que se identifiquem as causas que levam ao fracasso e se invista em alternativas para superá-lo.

Foi nesta direção que o trabalho foi desenvolvido e que a equipe técnica passou a acreditar.

Por outro lado os resultados do minicenso contribuíram sobremaneira para:

- O reordenamento das metas do Plano Municipal de Educação;
- A preparação da 1ª Conferência Municipal de Educação.

10 - DESPESAS REALIZADAS

10.1 Custos

ITEM	VALOR (R$1,00)
Elaboração do questionário, capacitação dos agentes e dos recenseadores, análise das informações e do trabalho de assessoria.	3.000,00
Cadastramento da população/recenseadores.	3.600,00
Apuração dos dados/coordenadores de equipes.	1.500,00
Publicação dos resultados/digitação-impressão.	1.000,00
TOTAL	**9.100,00**

10.2 Contrapartida da SECED

ITEM	VALOR (R$1,00)
Transporte dos recenseadores	2.000,00
Reprografia	2.000,00
TOTAL	**4.000,00**

10.3 Total Geral

Unicef- Escritório de Recife	**R$ 9.100,00**
Secretaria de Educação Municipal de Camaragibe	R$ 4.000,00
Total do Projeto	**R$ 13.100,00**

OBS: Custos estimados na época da realização do trabalho/1997

11 - MATERIAL TÉCNICO UTILIZADO

A equipe da coordenação e execução dos trabalhos utilizou os mapas censitários do município fornecido pelo IBGE disponíveis na época para o município, por setor administrativo, no total de 400 Setores censitários.

12 - APRECIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O objetivo do minicenso educacional realizado no município de Camaragibe, Estado de Pernambuco, foi alcançado satisfatoriamente, levando em consideração que na época constituiu uma ação prévia realizada em todo o município, um instrumento importante para a elaboração de um diagnóstico concreto da situação educacional.

O quadro revelado pelo diagnóstico foi entendido como um marco para o desenvolvimento das ações educativas. Por outro lado, os resultados do minicenso demonstraram as causas que levam ao fracasso e a necessidade de se investir em alternativas para superá-los. Nessa perspectiva, o trabalho subsidiou a política educacional do município.

APÊNDICE F
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MINICENSO EDUCACIONAL REALIZADO PELO PROGRAMA EDUCAR NO ESTADO DE PERNAMBUCO*

1 - INTRODUÇÃO

O Programa Educar tem uma proposta de intervenção que parte da compreensão de que o fortalecimento da educação é capaz de criar sinergias positivas, no sentido de romper o círculo vicioso da baixa produtividade e renda das populações pobres, condições que levam à ocorrência do trabalho infantil como uma das estratégias mais perversas de sustentação das famílias.

Para que a educação se configure como mecanismo virtuoso no sentido de influenciar na prevenção e retirada de crianças do trabalho infantil, é necessário que as famílias identifiquem a relevância da educação como forma de melhoria de suas condições de vida no curto ou médio prazo. Nessa perspectiva, o Programa Educar pretende ser catalisador de experiências bem sucedidas com referenciais que contribuem para uma intervenção qualificada com a infância e adolescência que se encontra em situação de risco e/ou exploração no trabalho, nas piores formas de trabalho infantil, especialmente na exploração sexual e na agricultura.

2 - OBJETIVOS DO PROGRAMA EDUCAR

Qualificar a escola, a implantação da jornada e a criação de outros espaços educacionais, visando garantir o pleno exercício do direito à educação integral de qualidade (acesso, regresso, permanência e sucesso na escola), para crianças e adolescentes retiradas das situações de risco e de exploração no trabalho agrícola e da exploração sexual.

3 - METAS DO PROGRAMA EDUCAR

- Apoiar 464 escolas e/ou espaços educativos selecionadas pelo programa no período de 2004/2007.
- Assistir com ações educativas a 10.708 crianças e adolescentes com idade de 7 a 17 anos, retiradas de situação de risco e do envolvimento nas piores formas de trabalho infantil e proporcionando as condições para o sucesso escolar, sendo:

  - 9.858 (crianças e adolescentes) trabalhando na agricultura;

* Elaboração de Clodoaldo José de Almeida Souza, com a participação de Maurício Antunes Tavares, Iran de Fátima de Freitas e Eliane Bispo (Programa Educar)

- 350 envolvidas, na exploração sexual comercial; e,
- 500 inseridas, em outras piores formas de Trabalho Infantil.

4 - FORMAS DE INTERVENÇÃO

O Programa Educar considera fundamental a abordagem de 04 dimensões distintas e complementares nas ações de enfrentamento à exploração do Trabalho Infantil: Crianças e Adolescentes; Famílias; Escolas e Espaços Educacionais; e, Sociedade.

5 - AS FORMAS DE INTERVENÇÃO ESTÃO ORGANIZADAS DE ACORDO COM A POPULAÇÃO ALVO DO PROGRAMA

A intervenção com as Crianças e Adolescentes tem como princípio:

- Reconhecê-los como sujeitos de direitos e de desejos;
- Incentivar, facilitar e valorizar a construção dos seus projetos de vida fora dos marcos do trabalho precoce, da exploração e de todas as formas de violência, resgatando o tempo de brincar e de aprender;
- Valorizar e promover a integração das dimensões artístico-culturais, esportivas e lúdicas no decorrer do processo educativo com as crianças e adolescente;
- Reconhecer e valorizar o potencial protagônico dos adolescentes, apoiando as iniciativas individuais e coletivas destes que apontem para o exercício da cidadania e para a objetivação de seus projetos de vida.

A intervenção com as Escolas e os Espaços Educacionais terá como perspectiva:

- Melhorar a escola, a jornada ampliada e outros espaços educacionais complementares e articulá-los, considerando os seguintes pressupostos:
- Ter um espaço educativo acolhedor e qualificado para o atendimento desse público e suas demandas;
- Aumentar a valorização, motivação e qualificação dos educadores (professores e monitores);
- Produzir e disponibilizar materiais e recursos de qualidade para a capacitação dos educadores e a qualificação dos conteúdos;
- Fortalecer a dimensão lúdico-recreativa do pós-turno escolar (lazer, esporte, cultura);
- Eleger a arte-educação como eixo no processo de formação;
- Fomentar a interface das escolas e espaços educacionais entre si, com as famílias e com a comunidade.

As intervenções com as Famílias estão direcionadas para:

- Conscientizar a família sobre a importância da educação como estratégia de mobilidade social e de melhoria da qualidade de vida, hoje e para o futuro;
- Articular ações para melhorar o nível educacional, a renda, a produtividade e a sustentabilidade das famílias do público alvo, buscando a emancipação social destas e evitando a sua reincidência no trabalho infantil.

A intervenção com a Sociedade visa:

- Fortalecer a rede local de proteção e atendimento à criança e ao adolescente;
- Promover o engajamento dos agentes da rede de fiscalização;
- Contribuir para a articulação e mobilização dos atores públicos e privados, locais e externos, no enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes no trabalho agrícola e no mercado do sexo.

6 - PARCEIROS ENVOLVIDOS NO PROGRAMA

- Instituto Companheiros das Américas.
- Serta - Serviço de Tecnologia Alternativa - PE.
- Estratégicos - Ministérios, Governos Estaduais, Conselhos e Fóruns, Agências de Cooperação, Fundações e ONGs.
- Temáticos e/ou Pontuais - ONGs especializadas em temáticas específicas, Universidades, etc.
- Estratégicos Locais - Governo Municipal, Programas (Sentinela, PETI, Agente Jovem, outros), Conselhos, Sindicatos, Associações e ONGs.

7 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO

O Programa Educar atua em áreas das regiões Norte e Nordeste consideradas críticas no que se refere à exploração de crianças e adolescentes no trabalho agrícola e na exploração sexual.

Temática por estados nas regiões brasileiras:

- Exploração Sexual: será objeto nos estados da Bahia, em três municípios; Pernambuco, em nove municípios; Paraíba, em três municípios; Amazonas, em um município; Acre, um município e Roraima, em um município.
- Agricultura: será objeto nas regiões do sub-médio do Rio São Francisco nos estados da Bahia, em seis municípios e Pernambuco, em quinze municípios.

7.1 Macro Estratégias de Intervenção

a) Exploração sexual de crianças e de adolescentes:

- Na Microrregião do sub-médio do Rio São Francisco atuação em interface com as intervenções na agricultura para os municípios onde houver prevalência dos dois fenômenos.
- No Quadrilátero do Sertão dos Estados da Bahia e Pernambuco atuarem em municípios onde existe exploração sexual e a violação prevalecente é predominante.

b) Exploração do trabalho infantil na agricultura:

Concentrar intervenções na região do sub-médio do Rio São Francisco, na divisa dos estados de Pernambuco e Bahia, fomentando um conjunto de ações articuladas que levem à irreversibilidade no enfrentamento e prevenção ao fenômeno.

8 - COORDENAÇÃO DO TRABALHO

A coordenação dos trabalhos é realizada por uma equipe multidisciplinar composta por: um coordenador técnico do Programa Educar; um coordenador local da prefeitura municipal; uma equipe de 04 técnicos da secretaria de educação do município; 01 supervisor contratado pelo Programa Educar; 02 coordenadores de campo; e, cerca de 30 a 40 pesquisadores.

9 - ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENTRE-VISTA E OU COLETA DE DADOS

O acompanhamento do trabalho no decorrer de 2004 foi realizado por uma equipe de supervisores que acompanha os pesquisadores no trabalho do minicenso, junto com os coordenadores de campo que verificam o preenchimento dos formulários por cada setor. Os pesquisadores são selecionados entre os estudantes do ensino médio cursando o segundo e/ou terceiro ano e os agentes de saúde do município.

10 - METODOLOGIA APLICADA

O processo de trabalho adotado pela equipe técnica tem início com a análise dos mapas censitários do IBGE, a elaboração do caderno de instruções para os pesquisadores, a preparação dos questionários. Em seguida a equipe realiza um estudo do material com duração de dois dias, fazendo os ajustes técnicos para posteriormente realizar a aplicação dos instrumentos nas áreas selecionadas para testes durante dois dias. Paralelamente, um trabalho de mobilização é realizado no município por meio das rádios da cidade e de cidades vizinhas, cartazes fixados nos

órgãos públicos, a utilização de carros de sons, faixas e de serviços de auto-falantes. O trabalho é realizado em todas as residências da zona urbana e rural, de segunda a sexta-feira, ficando o dia do domingo reservado para o retorno às casas que estavam fechadas durante a semana.

11 - RESULTADOS DO MINICENSO EDUCACIONAL

Os resultados do trabalho apresentam para o Programa Educar e para as Prefeituras uma radiografia socioeconômica e educacional com destaque para os seguintes pontos:

- Uma fotografia do município do ponto de vista da situação educacional de toda a população, por faixa etária;
- A identificação da população com necessidades especiais por escolaridade, faixa etária e região geográficas;
- Um levantamento das demandas educacionais de toda a população por faixa etária, nível de escolaridade e região;
- A identificação da população analfabeta (nome, endereço e idade);
- A relação entre educação e trabalho;
- A identificação das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil (nome, endereço, escola no caso dos que estudam) e tipo e periodicidade das atividades;
- O planejamento prospectivo sobre a demanda por educação (etapa e modalidade de ensino e região geográfica);
- As informações sobre o perfil socioeconômico da população; e,
- Informações sobre a inserção da população nos programas sociais.

12 - DESPESAS REALIZADAS

Os custos para a realização do minicenso educacional variam em função de um conjunto de fatores, tais como: tamanho do município, envolvimento direto de servidores municipais, e das parceiras.

O Programa Educar tem arcado com uma parte dos seus custos e os municípios têm aportado em média uma contrapartida, na ordem de 35% a 40% das despesas; o restante, é do Programa Educar.

O Programa Educar assume os custos com supervisores, transporte e as diárias dos seus técnicos, o material (planilha + cartaz + etiqueta + spots para rádio, carros ou bicicletas com serviço de som) e os kits dos pesquisadores (prancheta, boné, camiseta, bolsa, crachá, caderno do pesquisador), digitação e análise.

As Prefeituras assumem os custos com um funcionário disponível em tempo integral, pesquisadores, veículos com combustível, almoço e lanche dos pesquisadores, difusão em rádio ou carro/ bicicleta com serviço de som e salas para o trabalho. O custo médio varia entre R$ 5,00 a R$ 7,50 por domicílio pesquisado, incluídos todos custos.

13 - APRECIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A realização do minicenso educacional executado pelo Programa Educar e Prefeituras Municipais têm apresentado um quadro realístico da educação na área geográfica do sertão dos Estados da Bahia e de Pernambuco, conforme foi ressaltado no item que trata dos resultados. Cabe então, aos gestores e dirigentes da educação utilizar a contento este diagnóstico.

UNDIME
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

unicef

Ministério da Educação

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL